

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Diretoria de Políticas e Regulação da Educação Profissional e Tecnológica
Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Vitória, ES
Março de 2025

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro de Estado da Educação

Camilo Sobreira de Santana

Secretário-Executivo Substituto

Gregório Durlo Grisa

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

Marcelo Bregagnoli

Diretora de Políticas e Regulação da Educação Profissional e Tecnológica

Patrícia Barcelos

**Coordenadora-Geral de Planejamento e Avaliação da Educação
Profissional e Tecnológica**

Sandra Grutzmacher

**Coordenadora da Política Nacional de Formação de Profissionais para a EPT e do
Curso de Pós-Graduação lato sensu em Educação a Distância na EPT**

Simone Medeiros

Equipe Técnica da CGPA

Flávia Helena Saraiva Xerez

Ana Clara Ribeiro Dara

Renata Oliveira de Barcelos

Simone Medeiros

**Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
(Capes)**

Denise Pires de Carvalho

Diretor de Educação a Distância

Antonio Carlos Rodrigues de Amorim

Coordenação-Geral de Articulação de Programas e Cursos EaD

Luiz Alberto Rocha de Lira

Coordenação de Articulação de Programas e Cursos EaD

Joana Paula Alves da Silva Noia de Sousa

Coordenação de Programas, Cursos e Monitoramento em EaD

Carlos Estevam Marcolini Rezende

Coordenação-Geral de Apoio Financeiro a Programas e Cursos EaD

Bruno Teles Nunes

Coordenação de Execução e Acompanhamento Financeiro

Rogério de Sousa Oliveira

Coordenação de Concessão e Monitoramento de Bolsas

Cid Luiz Carvalho de Medeiros

**Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação lato
sensu em Educação a Distância na Educação Profissional e Tecnológica**

Jennifer de C. Medeiros

Joseany R. Cruz

Simone C. A. dos Santos

Com a participação de

Luciane Penteado Chaquime

Lucília Regina de Souza Machado

Simone Medeiros

Coordenadores/as do Projeto Recursos Educacionais Digitais para Formação Profissional e Tecnológica na Contemporaneidade do Prosa/Lantec/UFSC

Marcelo Gules Borges

Elizandro Maurício Brick

Cristiane Dall' Cortivo Lebler

Coordenadora de Educação Profissional e Tecnológica

Lucília Regina de Souza Machado

Colaboradores/as do Prosa/LANTEC/CED/UFSC

Cristiane Dall' Cortivo Lebler

Diego França Vieira

Elizandro Maurício Brick

Francisco Fernandes Soares Neto

Jorge Lucas Simões Minella

Marcelo Gules Borges

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE REFERÊNCIA EM FORMAÇÃO E EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
Rua Barão de Mauá, 30 – Jucutuquara – 29040-860 – Vitória – ES
27 3198-0900

Elaboração da Versão de Implementação do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação Especialização em Educação a Distância na Educação Profissional e Tecnológica no Instituto Federal do Espírito Santo.

Reitor

Jadir José Pela

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

André Romero da Silva

Diretor de Pós-Graduação

Danielle Piontkovsky

Diretora do Cefor

Aline Freitas da Silva de Carvalho

Coordenadoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão do Cefor

Márcia Oliveira Gonçalves

Comissão de Elaboração do PPC

Aline Freitas da Silva de Carvalho

Aline Pinto Amorim

Alessandro Poleto Oliveira

Rutinelli da Penha Fávero

Coordenação do Curso

Mariana Biancucci Apolinário Barbosa

Assessoramento Pedagógico

Alessandro Poleto Oliveira

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	8
1.1 Identificação do Curso	9
1.2 Identificação do Curso no Ifes	10
1.3 Referenciais Políticos e Legais	11
1.3 Definição de Vagas, Formas de Ingresso e Processo Seletivo	13
1.4 Desligamento e Reingresso no Curso	13
2 CONTEXTUALIZAÇÃO	13
2.1 Breve Histórico do Cefor e da EaD no Ifes	15
3 PARTICIPANTES (PÚBLICO-ALVO)	18
4 OBJETIVOS	18
4.1 Objetivo geral	18
4.2 Objetivos específicos	18
5 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	19
6 JUSTIFICATIVAS	20
7 ORGANIZAÇÃO DO CURSO	23
7.1 Princípios Pedagógicos	23
7.2 Organização Curricular e Matriz Curricular	25
7.2.1 Unidades Temáticas do Núcleo Comum	27
7.2.2 Unidades Temáticas do Núcleo Específico	38
8 TRABALHO FINAL DE CURSO	57
8.1 Sobre o Plano de Formação e o Relatório de Formação	59
8.2 Orientações Procedimentais	61
9 PROCEDIMENTOS PEDAGÓGICOS E METODOLOGIA	64
9.1 Orientações Práticas aos Docentes	66
9.2 Atendimento aos Estudantes e Orientação	67
9.3 Acompanhamento dos Docentes	67
9.4 Materiais Didáticos	68
9.5 Acompanhamento e Avaliação da Aprendizagem	69
9.6 Critérios para Avaliação da Aprendizagem e para Certificação	70
10 INFRAESTRUTURA	72
10.1 Infraestrutura Digital	72
10.2 Bibliotecas Virtuais	73
10.3 Infraestrutura Física	74
10.4 Ações Afirmativas para Ingresso e Permanência	75
10.4.1 Napne – Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas	77
10.4.2 Neabi – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas	80
10.4.3 Nepgens – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidades	81
10.5 Fontes de Recursos Orçamentários e Outras Receitas	82
11 AVALIAÇÃO DO CURSO	82
12 CORPO DOCENTE E TÉCNICO DO CURSO	83

12.1 Coordenação de Curso	83
12.2 Corpo Docente do Curso	84
12.3 Corpo Técnico do Curso	88
12.4 Formação de Formadores e Equipes Locais	90
12.5 Colegiado de Curso	91
12 ESTÁGIO	91
REFERÊNCIAS	91

1 APRESENTAÇÃO

O presente documento constitui-se do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação Especialização em Educação a Distância na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), na modalidade de educação a distância, incluído na área de Educação, código 70800006, e na subárea Ensino Profissionalizante, código 70807078, da tabela de áreas de conhecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

O Curso de Pós-Graduação Especialização em Educação a Distância na Educação Profissional e Tecnológica integra a Política Nacional de Formação de Profissionais para a EPT (Brasil, 2024), em consonância com o Decreto nº 8.752/2016, que instituiu a Política Nacional de Formação de Profissionais da Educação Básica, e em atendimento à meta 15 do Plano Nacional de Educação 2014-2024.

1.1 Identificação do Curso

Nome do Curso	Curso de Pós-Graduação Especialização em Educação a Distância na Educação Profissional e Tecnológica				
Código/Área de Conhecimento	7.08.00.00-6 – Educação 7.08.07.07-8 – Ensino Profissionalizante				
UA Responsável	Instituto Federal do Espírito Santo CNPJ: 10.838.653/0001-06 Natureza jurídica: Autarquia Federal Endereço: Av. Rio Branco, 50, Santa Lúcia. Vitória- ES. Telefone: (27)3357-7500 Página institucional na internet: www.ifes.edu.br E-mail: gabinete@ifes.edu.br Código da IES no INEP: Representante legal: Jadir José Pela Resolução de aprovação: aguardando				
Carga Horária Total	360h	Duração	18 meses	Nº vagas	200
Modalidade	Educação a Distância				
Título a ser conferido	Especialista em Educação a Distância na Educação Profissional e Tecnológica				
Sistema de organização	Núcleo Comum, Núcleo Específico e Trabalho Final de Curso. Subdivisão em módulos e unidades temáticas.				
Instituições parceiras	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – Setec/MEC e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes				
Participantes	Profissionais portadores de diploma de graduação em qualquer área do conhecimento, obtido em instituições reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC), que atuam ou que pretendem atuar na EPT. Os candidatos ao ingresso no Curso devem atuar no estado ao qual a instituição de ensino ofertante está vinculada.				
Início da oferta	Agosto de 2025				

1.2 Identificação do Curso no Ifes

Nome do Curso	Curso de Pós-Graduação Especialização em Educação a Distância na Educação Profissional e Tecnológica				
Código/Área de Conhecimento	7.08.00.00-6 - Educação 7.08.07.07-8 - Ensino Profissionalizante				
UA Responsável	Cefor/Reitoria				
Carga Horária Total	360	Duração	18 meses	Nº de vagas	200
Modalidade	☐ Presencial - ☐ Semipresencial - ☒ A Distância				
Polos	Serra Itapemirim Montanha São Mateus Venda Nova do Imigrante				
Outras Instituições participantes	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - Setec/MEC; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes				
Assessoramento Pedagógico	Alessandro Poleto Oliveira				
Período previsto para realização do curso					
☐ Oferta Regular – Início em: Periodicidade (meses): ☐ 6 ☐ 12 ☐ Outro. Qual?					
☒ Oferta única – Início em: Agosto/2025 Término em: Dezembro/2026 Obs: Replicável a critério da UAB					
Funcionamento					
Dias	Segunda-feira a Sábado		Horário	Flexível	
Coordenador					
Nome	Mariana Biancucci Apolinário Barbosa				
E-mail	coord.eadnaept@ifes.edu.br		Telefone	27 3198-0900	
Carga horária no Ifes	40 horas DE	Carga horária de dedicação ao curso	20 horas		
Área de formação	Arquitetura e Urbanismo - Gestão Pública - Gestão Educacional - Educação a Distância				
Link do Currículo Lattes	http://lattes.cnpq.br/8037186010478173				

Resumo do Currículo Lattes: Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Espírito Santo (2006) e Mestrado em Gestão Pública (2016) pela mesma Instituição. Tem MBA em Liderança, Transformação Pedagógica e Gestão Educacional (2024 e 2025). Atualmente, é Professora de Educação Básica, Técnica e Tecnológica do Ifes e está lotada no Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (Cefor).	
Secretaria do Curso	
Servidor responsável pela Secretaria	Luciano Rodrigues Valin com apoio contratado via edital de processo seletivo
Endereço: Rua Barão de Mauá, 30, Jucutuquara, Vitória – ES, Cep 29040–860 Telefone: 27 3198–0903 E-mail: sa.cefor@ifes.edu.br	
Horário/Dia de Funcionamento da Secretaria Segunda a Sexta-feira, das 7h às 19h	

1.3 Referenciais Políticos e Legais

A oferta do Curso de Pós-Graduação Especialização em Educação a Distância na Educação Profissional e Tecnológica segue a legislação em vigor no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), e as instituições participantes da oferta, certificadoras do curso, devem integrar simultaneamente a UAB e a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Para a oferta do curso, são utilizados os polos de apoio presencial da UAB, cujas equipes são constituídas de acordo com a [Portaria nº 102/2019](#), que regulamentou a [Portaria nº 183/2016](#); a [Instrução Normativa nº 2/2017](#); dentre outras.

Além disso, a presente proposta de Curso está em conformidade com as orientações políticas e com a legislação que regulamenta a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu no Brasil, em particular as citadas abaixo:

- [Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- [Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016](#), que dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica.

- [Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância, de agosto de 2007](#), que define princípios, diretrizes e critérios para as instituições que oferecem cursos na modalidade de educação a distância;
- [Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017](#), que regulamenta o Art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- [Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017](#), que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.
- [Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018](#), que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu também denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior.
- [Resolução CNE/CES nº 4, de 11 de dezembro de 2018](#), que altera o inciso I do artigo 2º da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu também denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior.
- [Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021](#), que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.
- [Resolução nº 4, de 16 de julho de 2021](#), que altera o artigo 11 da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu também denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior.
- [Resolução nº 171, de 20 de agosto de 2023](#) do Conselho Superior/Ifes, que homologa o Regulamento da Organização Didática dos Cursos de Pós-Graduação de Formação Continuada e Stricto Sensu do Ifes.

- Portaria nº 103 de 08 de fevereiro de 2024 do Ministério da Educação que recredencia o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo para a oferta de cursos na modalidade a distância.

1.4 Definição de Vagas, Formas de Ingresso e Processo Seletivo

O processo seletivo deve ser público, em consonância com a legislação em vigor no âmbito do que determina a Universidade Aberta do Brasil (UAB/Capes), e deve considerar o quantitativo de vagas acordado com a Setec/MEC e UAB/Capes, no contexto do Edital Capes nº 25/2023.

O ingresso de candidatos deve considerar as normas internas das instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), bem como a legislação brasileira vigente expressa neste PPC. Importante destacar que os candidatos ao ingresso no Curso devem atuar no estado ao qual a instituição de ensino está vinculada.

- Quantitativo de vagas: 200
- Forma(s) de ingresso: Processo Seletivo

1.5 Desligamento e Reingresso no Curso

O presente curso se trata de uma oferta única, vinculada a um edital específico da Universidade Aberta do Brasil. Em razão dessa particularidade, não há possibilidade de reingresso.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

Enquanto instituição de ensino, pesquisa e extensão, o Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) tem a missão de promover educação profissional, científica e tecnológica comprometida com a formação cidadã para o desenvolvimento sustentável. Além disso, almeja se constituir como uma instituição de excelência, de referência no cenário brasileiro e internacional, indutora do desenvolvimento

nacional e regional, sendo os seus valores a ética, a inclusão social, a cooperação, a gestão democrática e participativa e a inovação.

A oferta de cursos no Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (Cefor) do Ifes, em conformidade com sua missão, sua visão e seus valores, embasa-se na práxis educativa institucional, assenta-se em uma concepção ampla de educação, pautada pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Nesse contexto, a educação é concebida como processo vivo, dinâmico, articulado com a realidade socioeconômica e cultural na qual se insere e visa à formação de profissionais crítico-reflexivos, pesquisadores da práxis docente e da própria práxis (Pimenta, 2002), com amplos e sólidos conhecimentos, necessários à intervenção social, de modo a contribuir efetivamente para a construção de uma sociedade democrática, solidária e inclusiva.

Os cursos do Ifes, tanto na modalidade presencial quanto a distância, expressam o compromisso com a formação cidadã dos profissionais de ensino, de modo a favorecer o desenvolvimento de saberes, concebidos como práxis, expressão da articulação entre teoria e prática, que viabilizem o ensino de campos específicos de conhecimentos da educação básica, numa perspectiva interdisciplinar, emancipatória e transformadora, em consonância com os objetivos, finalidades e missão desta instituição, com o perfil profissional do egresso, com a matriz curricular do curso, com as demandas do contexto educacional articuladas às necessidades locais e regionais e às práticas emergentes no campo de conhecimento relacionado ao curso.

A oferta do curso de Pós-Graduação em Educação a Distância na Educação Profissional e Tecnológica está em conformidade com os princípios e as orientações integrantes da Política Nacional de Formação de Profissionais da Educação Profissional e Tecnológica, estabelecida pelo Ministério da Educação.

2.1 Breve Histórico do Cefor e da EaD no Ifes

De acordo com o disposto no Plano de Desenvolvimento Institucional (IFES,2024), no Ifes, o órgão gestor das políticas e diretrizes de EaD e uso das tecnologias educacionais é o Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (Cefor). Criado em 2014, por meio da Portaria 1.602, de 11 de agosto de 2014.

Entretanto, as primeiras atividades em educação a distância no Ifes datam de 2004, a partir dos trabalhos de uma comissão que iniciou os estudos e a elaboração de uma proposição de projeto pedagógico em EaD para o então CEFETES-ES.

A primeira submissão de projeto para o programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) ocorreu em 2005, por meio de participação no Edital de Seleção UAB nº 1/2005-SEED/MEC, no qual foi submetido o Curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (TADS), a ser ofertado pelo campus Serra e que viria a ser o primeiro curso superior na modalidade a distância do Ifes.

Após a aprovação deste primeiro curso, foi criado o Centro de Educação a Distância – Cead, vinculado à Diretoria de Ensino do CEFET-ES e responsável por todos os projetos e programas na modalidade a distância, em todos os níveis de ensino deste Centro Federal. Sendo que de 2006 a 2014 o Cead empreendeu diversas ações que alavancaram a EaD no Ifes, incluindo a oferta de cursos, produção de material didático e capacitação das equipes para atuação na EaD. Tendo como embasamento legal a Portaria Nº 1.291, de 30 de dezembro de 2013, do Governo Federal, que define parâmetros e normas para a expansão dos Institutos Federais, por meio da Portaria 1602, de 11 de Agosto de 2014, o Cead se une ao programa de Educação em Ciências e Matemática (Educimat) e é transformado em Centro de Referência em Formação e Educação a Distância (Cefor). O Cefor apresenta como objetivos: apoiar a EaD e uso de tecnologias e trabalhar a formação de profissionais da educação. Entre 2015 e 2016, ocorreu a mudança da sede do Cefor para o bairro de Jucutuquara em Vitória, onde passou a funcionar em sede exclusiva. Ainda neste ano, foram ofertadas a Pós-Graduação

Especialização em Tecnologias Educacionais (totalmente institucionalizada, ou seja, sem fomento externo) e outros cursos de Formação Inicial e Continuada, Técnico e Superior, também sem fomento externo.

Além disso, seguiu na oferta de cursos fomentados pelos programas Rede e-Tec Brasil e Universidade Aberta do Brasil (UAB), incluindo cursos técnicos do programa Profucionário e Licenciaturas e Especializações. Houve, ainda, a oferta de um novo curso de pós-graduação institucionalizado, a Especialização em Práticas Pedagógicas para Professores.

Foram oferecidos, em 2018, pelo Cefor diversos aperfeiçoamentos, dentre eles os cursos de Educação e Ambiente; Inclusão e Educação Especial; Formação Docente para EaD; Formação de Tutores para EaD e Tecnologias Digitais como Apoio ao Aprendizado de Matemática, além de cursos FIC (Formação Inicial e Continuada). No segundo semestre deste mesmo ano, ocorreu a primeira oferta sem fomento do Curso Técnico em Multimeios Didáticos.

Em 2019, o Cefor recebeu a visita para realização do credenciamento da modalidade EaD e, como resultado desta avaliação empreendida pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Ifes obteve o conceito máximo (5). A partir desse ano, o Cefor passou a construir uma identidade mais precisa e pôde, com isso, definir focos prioritários, tais como consolidar a modalidade a distância no Ifes e apoiar institucionalmente os campi e a Reitoria neste contexto.

Ainda em 2019, o Cefor fez sua primeira oferta em rede sem fomento externo, com o curso de Pós-Graduação Especialização em Práticas Pedagógicas para Professores, tendo dez campi como polos presenciais. Além de ter lançado a plataforma de cursos MOOC (do inglês, Massive Open Online Courses) do Ifes. Esses cursos têm como características serem abertos ao público em geral, sem processo seletivo; com certificação online após aproveitamento mínimo de 60% da nota total referente ao curso; e carga horária máxima de 60 horas (IFES, 2020).

Durante os anos de 2020 e 2021, em meio a pandemia do COVID 19, o Cefor manteve em funcionamento todos os seus cursos a distância (técnico, pós-graduações e FICs), além de promover a formação dos servidores do Ifes para atuarem no modelo de ensino remoto. No Ifes, o ensino remoto foi denominado Atividades Pedagógicas Não Presenciais (APNPs), sendo realizado preferencialmente no Ambiente Virtual de Aprendizagem – Moodle – que é gerenciado pelo Cefor.

Em 2020, o Cefor ofertou quatro cursos de Pós-Graduação e Aperfeiçoamento totalmente a distância. E no ano de 2021 iniciou a oferta, pelo Cefor, da disciplina de Língua Brasileira de Sinais (Libras), a distância, para os cursos de bacharelado e tecnólogo no Ifes (IFES, 2021).

Em 2022 e 2023, o Ifes ampliou as ofertas a distância em parceria com dois importantes Programas que vem impulsionando a oferta de cursos de pós-graduação na modalidade EaD no Ifes. O primeiro é o Curso de Pós-Graduação Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica (DocenteEPT), por meio de uma iniciativa da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC) para o fortalecimento da formação de professores, com oferta de 6.200 vagas, em 2022. Em virtude da grande demanda, em 2023 foram ofertadas mais 3.500 vagas distribuídas entre 36 polos de apoio presencial localizados em todos os Estados e no Distrito Federal, oferta que encontra-se em andamento quando da escrita deste projeto.). O segundo é o Programa Universidade Aberta Capixaba (UnAC), por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES), através do qual o Ifes já ofertou diversos cursos de Aperfeiçoamento, Graduação e Pós-Graduação. E, no contexto da UnAC, ofertou entre 2022 e 2023 os cursos de Aperfeiçoamento em Educação Especial Inclusiva; Aperfeiçoamento em Internet das Coisas e, atualmente, está com a oferta da primeira turma do Curso de Especialização em Educação Especial Inclusiva.

Em 2024, a modalidade EaD está consolidada no Ifes e conta com a oferta de cursos técnicos, de graduação, pós-graduação em EaD e cursos de Formação

Inicial e Continuada (FIC) de ensino e extensão, ofertados por diversos campi. Alguns cursos são ofertados de forma institucionalizada e regular e outros sob demanda e por meio de parcerias com fomento externo. Além da oferta de cursos abertos, que seguem a tendência mundial de cursos totalmente on-line, no formato de cursos MOOC.

Por fim, cabe ressaltar que as ofertas vêm se mantendo crescentes e encontram-se cada vez mais estruturadas, tanto no que se refere à metodologia da EaD, quanto no uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem e das tecnologias digitais na educação.

3 PARTICIPANTES (PÚBLICO-ALVO)

Profissionais portadores de diploma de graduação em qualquer área do conhecimento, obtido em instituições reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC), que atuam ou que pretendem atuar na EPT. Os candidatos ao ingresso no Curso devem atuar no estado ao qual a instituição de ensino ofertante está vinculada.

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivo geral

Oferecer formação continuada a graduados em diferentes áreas do conhecimento mediante conceitos e estratégias de aproximação e de associação da educação a distância à Educação Profissional e Tecnológica considerando as vantagens e as limitações dessa articulação e tendo como referência a perspectiva da formação integral, emancipatória e comprometida com a transformação social.

4.2 Objetivos específicos

- Compreender aspectos legais, regulatórios, organizacionais e de gestão da EaD, especialmente em sua articulação com a EPT.

- Analisar o debate sobre teorias e práticas de ensino-aprendizagem on-line na Educação Profissional e Tecnológica.
- Realizar atividades básicas no Ambiente Virtual de Aprendizagem, incluindo a gestão de usuários e de dados e a estruturação de estratégias de suporte técnico ao usuário.
- Desenvolver estratégias de avaliação e de acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem adaptadas à EPT em ambientes virtuais.
- Analisar modelos de design instrucional e sua aplicação na EaD na Educação Profissional e Tecnológica.
- Planejar e organizar conteúdo técnico e tecnológico em ambientes virtuais de aprendizagem.
- Desenvolver materiais didáticos digitais, incluindo vídeos, podcasts, infográficos e apresentações, considerando aspectos de interatividade, usabilidade e acessibilidade adequados às demandas específicas da Educação Profissional e Tecnológica.
- Desenvolver atividades e práticas articuladas aos saberes técnicos próprios da Educação Profissional e Tecnológica com a utilização de ambientes virtuais de aprendizagem, elementos de jogos, simulações, e inteligência artificial.
- Analisar e interpretar dados de desempenho de cursos de EPT ofertados na modalidade EaD, visando ao aprimoramento da sua gestão.
- Contribuir com a expansão, no país, da Educação Profissional e Tecnológica com qualidade social.

5 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

Ao final do curso, espera-se formar profissionais da educação com condições para:

- demonstrar habilidade na utilização de ambientes virtuais de aprendizagem e ferramentas online;
- integrar eficientemente recursos digitais no desenvolvimento de atividades educativas a distância;
- desenvolver materiais e recursos pedagógicos adequados à modalidade a distância que possibilitem aos educandos a compreensão crítica da realidade que os cerca e nela intervir;
- contribuir com o fortalecimento da gestão democrática de políticas, programas e projetos de educação a distância na Educação Profissional e Tecnológica, incrementando os processos de ensino e aprendizagem nestas modalidades.

6 JUSTIFICATIVAS

Atualmente, a Educação a Distância no Brasil é fruto de ações governamentais e privadas com vistas à implantação, à expansão e à democratização da educação ao longo de algumas décadas. Nos últimos anos, ela passou por mudanças expressivas e foi impulsionada por dois fatores: as tecnologias, como a televisão, o computador e a internet, que influenciaram sobremaneira o acesso de muitas pessoas à modalidade; e as políticas, programas e ações de incentivo à formação dos sujeitos nos variados níveis para o mundo do trabalho.

A combinação desses fatores fez com que a EaD evoluísse e alcançasse números relevantes, tornando-se uma tendência inegável. Os números são surpreendentes, o acesso de muitos estudantes foi expandido, mas apontam para questões que não podem ser negligenciadas.

Se, por um lado, a EaD cresceu e se desenvolveu de maneira expressiva, sobretudo como uma ferramenta de superação da “defasagem educacional por meio do uso intensivo de tecnologias em rede, da flexibilização dos tempos e espaços de aprendizagem, e da gestão integrada de modelos presenciais e

digitais” (Moran, 2011, p.45), por outro, carece de formação adequada dos profissionais envolvidos para a manutenção da qualidade socialmente referenciada, [...] “composta por uma visão multidisciplinar e polissêmica, imbricada às acepções de sociedade” (Lima; Fonseca; Machado, 2021).

Nesse contexto, conforme propõem Dourado e Oliveira (2009, p. 205), a qualidade da educação deve ser definida considerando-se [...] “os diferentes atores, a dinâmica pedagógica, ou seja, os processos de ensino-aprendizagem, os currículos, as expectativas de aprendizagem, bem como os diferentes fatores extraescolares que interferem direta ou indiretamente nos resultados educativos”.

A história da EaD no Brasil está intrinsecamente ligada à educação profissional, remontando aos cursos por correspondência do Instituto Monitor e do Instituto Universal Brasileiro, na década de 1930, e à criação da Universidade do Ar, em 1947, patrocinada pelo Senac. A EaD desempenha um papel crucial na democratização da educação, superando barreiras sociais e geográficas. Além disso, ela favorece a aprendizagem colaborativa e estimula o pensamento crítico, desde que acompanhada de políticas de inclusão digital e de valorização do trabalho humano.

A inserção da EaD na Educação Profissional e Tecnológica apresenta desafios significativos, destacando-se a necessidade de compreender as tecnologias digitais como parte integrante de processos de produção e de sistemas de regras. A formação em EaD deve enfatizar a interação entre prática e pesquisa, estimulando a criatividade humana e promovendo uma abordagem crítica na utilização dessas tecnologias.

Conforme detalhado no item 2.1, a EaD tem se consolidado de forma significativa no Ifes desde o ano de 2004. Ao longo desses anos, a EaD tem apresentado um histórico de expansão notável, abrangendo uma ampla gama de cursos que vão desde o nível técnico até a pós-graduação em diversas áreas de conhecimento. Essa trajetória de crescimento não apenas reflete a crescente demanda por modalidades de ensino flexíveis e acessíveis, mas também

demonstra o compromisso do Ifes em oferecer uma educação de qualidade que atende às necessidades de um público diversificado e em constante evolução.

Diante do cenário atual, a especialização em Educação a Distância na EPT se justifica pela urgência de preparar profissionais capacitados para enfrentar os desafios dessa modalidade educacional. A urgência deve-se à acelerada expansão da EaD em todo o Brasil e à necessidade de promover espaços formativos sobre as especificidades da modalidade capazes de materializar os princípios que norteiam a formação profissional a distância com qualidade socialmente referenciada.

O reconhecido crescimento da oferta de cursos a distância no nosso país nos leva a refletir sobre as condições concretas de atuação dos profissionais que trabalham na modalidade. Pensar sobre tais condições implica a criação de espaços de formação que não se limitem à apreensão de conhecimentos técnicos sobre as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), mas, principalmente, que tomem como elemento norteador a intencionalidade pedagógica dos projetos de formação profissional das mais variadas instituições.

Nesse sentido, convém destacar os apontamentos sobre a oferta de uma EaD crítica e contextualizada presentes na Política Nacional de Formação de Profissionais para a Educação Profissional e Tecnológica:

Ela requer, entretanto, o estabelecimento de políticas que ensejem a inclusão digital, que contemplem as necessárias atividades práticas e que, na contraface dos processos de precarização, levem à valorização do trabalho humano. Ainda mais, é preciso considerar o contexto mais amplo em que se circunscreve a EaD, pois sua realidade técnica é parte da realidade social, nos quadros da qual o processo técnico se constitui e se desenvolve fazendo mediações. Igualmente, é necessário levar em conta como os objetos técnicos envolvidos na digitalização do trabalho humano, inclusive das atividades na EPT, vem se inserindo e se concretizando de diferentes maneiras. (Brasil, 2024, p. 35)

A formação **em** e **para** a educação a distância deve ser vista como um trabalho de natureza coletiva e, portanto, colaborativa, orientada pelos

princípios de qualidade socialmente referenciada. Assim, o curso proposto visa a apoiar políticas emancipatórias na Educação Profissional e Tecnológica, contribuindo para a construção de uma sociedade comprometida com a transformação, baseada em princípios éticos e de solidariedade social.

A partir da formação proposta neste projeto de curso propõe-se incentivar a criação de práticas pedagógicas a distância voltadas à superação do neotecnismo, com currículos e processos pedagógicos pautados nos princípios da formação humana integral, do trabalho como princípio educativo, da prática social como produtora de conhecimentos, da indissociabilidade entre todas as dimensões do processo educativo e dos educandos como produtores de conhecimento.

7 ORGANIZAÇÃO DO CURSO

7.1 Princípios Pedagógicos

A estrutura curricular do Curso de Especialização em Educação a Distância na Educação Profissional e Tecnológica, Pós-Graduação Especialização, na modalidade de educação a distância, observa as determinações legais presentes no item Referenciais políticos e legais deste documento.

A construção curricular se deu a partir de duas dimensões: a dimensão epistemológica, relacionada à escolha e aos recortes teórico-metodológicos das áreas que compõem as unidades temáticas do curso, e a dimensão profissional, que, implicando a primeira, diz respeito aos suportes teórico-práticos que possibilitam uma compreensão do trabalho na EaD, considerando a multiplicidade de funções existentes para o desenvolvimento da modalidade e suas relações sociopolíticas, culturais e éticas.

Na dimensão epistemológica, lançamos mão dos pressupostos teórico-críticos para fundamentar a construção curricular do curso, tendo como base os princípios presentes nas diretrizes gerais da Política Nacional de Formação de Profissionais para a Educação Profissional e Tecnológica, a saber: a

formação humana integral; o trabalho como princípio educativo; a prática social como produtora de conhecimento; a indissociabilidade no processo educativo e; o educando como sujeito produtor de conhecimento.

A dimensão profissional compreende os fundamentos teórico-práticos que constituem a estrutura curricular do curso, partindo do pressuposto de que a Educação a Distância possui múltiplas determinações e se constroi de forma multidimensional, considerando os aspectos pedagógicos, administrativos e tecnológicos.

O curso contempla a prática social como ponto de partida e de chegada no percurso formativo do educando, reconhecendo-o como um sujeito produtor de conhecimento a partir da compreensão da sua historicidade, das experiências relacionadas à Educação a Distância que influenciam a forma de representação dessa modalidade no seu meio laboral. O público-alvo deste curso constitui-se, portanto, de sujeitos sociais, que produzem e reproduzem suas existências, experimentam dificuldades, alimentam seus sonhos e comemoram suas conquistas. São seres humanos ativos e criativos. Sensível a tais considerações, a proposta pedagógica deste curso realça o primado do aprender para gerar transformações na realidade educacional e social.

Considerando a prática social como ponto fundante do nosso projeto pedagógico, assumimos o trabalho como atividade humana central, complexa e multideterminada, incluindo os aspectos sócio-históricos, culturais, da ciência e da tecnologia. Isso significa situar as questões relacionadas à Educação a Distância numa perspectiva crítica, de uma prática social relacionada ao trabalho e suas condições materiais na sociedade contemporânea. Por isso, esse princípio é tomado como fundamento da proposta educacional aqui apresentada, cujo objetivo é a formação humana integral.

Outra premissa importante para este curso é a compreensão da relação entre teoria e prática como uma unidade indissolúvel de elementos que, apesar de sua existência autônoma, mantêm uma relação de interdependência mútua,

sendo, pois, indissociáveis. Essa compreensão se diferencia da perspectiva que considera haver dicotomia (dissociativa ou associativa) entre teoria e prática.

Nesta perspectiva, que toma a práxis como referência, as práticas educativas são entendidas como atividades teórico-práticas considerando-se a teoria e a prática como elementos constituintes e articuladores da formação para a EaD no contexto da EPT. Isso significa que as unidades temáticas da formação em tela não devem ter caráter teórico ou prático, mas constituir-se como identidades teórico-práticas por excelência, que alcançarão o sentido de integração se forem trabalhadas interativamente.

Essa forma de entender e de trabalhar a relação entre teoria e prática em um curso de formação tende a promover intervenções didáticas conscientes, que tenham o trabalho concreto como ponto de partida e de chegada da teoria, e esta como originária das exigências e dos problemas da realidade. É nesta perspectiva que se pretende, inclusive, que o TFC seja desenvolvido pelos estudantes.

7.2 Organização Curricular e Matriz Curricular

A organização curricular do Curso de Pós-Graduação Especialização em Educação a Distância na Educação Profissional e Tecnológica está de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e levou em consideração os princípios norteadores a formação previstos para atuação do profissional da EPT, tanto em contextos presenciais em que há utilização de carga horária em EaD, como na Educação a Distância. Nesse sentido, o curso segue a lógica da apropriação do conhecimento tecnológico estabelecido de acordo com seus níveis de complexidade (das habilidades mais simples às mais complexas) e das particularidades da atuação na modalidade de EaD.

Para isso, o Curso de Pós-Graduação Especialização em Educação a Distância na Educação Profissional e Tecnológica, na modalidade de educação a distância, se organiza em 02 (dois) núcleos (comum e específico), compostos por

10 componentes curriculares, doravante denominados unidades temáticas (UT), incluindo o TFC, conforme apresentado no Quadro 01.

Quadro 1 – Matriz Curricular

MÓDULO	NÚCLEO	UNIDADES TEMÁTICAS	PROFESSORES	CARGA HORÁRIA
MÓDULO I 105h	NÚCLEO COMUM (90h) 2025/02	Cultura Digital e Educação Profissional e Tecnológica	Everaldo Simões Souza	30h
		Trabalho-Educação: fundamentos teóricos e didáticos I	Carlos Roberto Pires Campos	30h
		Trabalho-Educação: fundamentos teóricos e didáticos II	Indiana Reis da Silva Beceveli	30h
	TFC I 1º Momento (15h)	Trabalho Final de Curso I	Mariana Biancucci Apolinário Barbosa	15h
MÓDULO II 135H	NÚCLEO ESPECÍFICO FASE 1 (120H) 2026/01	Fundamentos da Educação a Distância	Paulo Ferrare Ramos	30h
		Teorias, Metodologias e Planejamento Pedagógico em EaD	Roberta Assunção	30h
		Produção de Materiais Didáticos Digitais	Isamara Oliveira Lima	30h
		Ambientes Virtuais de Aprendizagem: ferramentas e estratégias de avaliação	Paulo Ferrare Ramos	30h
	TFC II 2º Momento (15H)	Trabalho Final de Curso II	Mariana Biancucci Apolinário Barbosa	15h
MÓDULO III 120H	NÚCLEO ESPECÍFICO FASE 2 (90H) 2026/02	Mediação Pedagógica em EaD	Margareth Pandolfi	30h
		Avaliação e Melhoria Contínua em EaD	Roberta Assunção	30h
		Sistemas e Gestão da EaD	Isamara Oliveira Lima	30h
	TFC III 3º Momento (30H)	Trabalho Final de Curso III	Margareth Pandolfi	30h
Carga Horária Total do Curso				360h

O TFC deverá ter o formato de Relatório de Formação a ser construído ao longo do curso, resultante de um Plano de Formação, proposto pelo discente, ao término das unidades temáticas do Núcleo Comum (TFC I), em diálogo com o seu/sua professor formador e com a tutoria, de forma que articule o seu percurso formativo a uma situação real e socialmente relevante, considerando os desafios e as perspectivas das relações entre EAD e EPT no contexto educacional.

A execução deste componente curricular (TFC) ocorrerá ao longo de todo o percurso formativo do discente, em três momentos, com finalidades específicas:

- **Primeiro Momento - TFC I** (15h): acontecerá após a conclusão das unidades temáticas do núcleo comum com o objetivo de elaborar o Plano de Formação, a partir da definição de um tema de interesse.
- **Segundo Momento - TFC II** (15h): acontecerá após a conclusão das unidades temáticas do núcleo específico com o propósito de elaborar um breve inventário dos estudos já realizados sobre o tema, privilegiando os que se articulam diretamente ao problema construído e, se necessário, revisar o Plano de Formação considerando o inventário construído e as sistematizações realizadas.
- **Terceiro Momento - TFC III** (30h): elaboração final do Relatório de Formação (TFC).

7.2.1 Unidades Temáticas do Núcleo Comum

Unidade Temática: Cultura Digital e Educação Profissional e Tecnológica
Carga Horária: 30h
Objetivos: Compartilhar experiências pessoais e profissionais na utilização de recursos digitais. Analisar princípios epistemológicos, éticos e políticos da atuação crítica e criativa e de caráter emancipatório no contexto da cultura digital. Resgatar as contribuições da cultura digital para a atuação dos profissionais da Educação Profissional e Tecnológica como autores, produtores e disseminadores de conhecimentos e transformadores da realidade e do seu entorno.

Ementa: Comunicação e interação mediadas por tecnologias digitais. Alfabetização e letramento digitais. Educação Profissional e Tecnológica e cultura digital ética, reflexiva, crítica e criativa. Implicações da cultura digital para a prática pedagógica e a gestão na Educação Profissional e Tecnológica. Inclusão digital e acessibilidade na Educação Profissional e Tecnológica.

Metodologia e Recursos Utilizados: A metodologia será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), contemplando múltiplas abordagens com momentos síncronos e assíncronos. Os recursos utilizados incluem videoaulas, livros digitais, materiais de estudo interativos e atividades práticas, individuais e colaborativas. Será incentivada a participação em fóruns de discussão e grupos de estudo, com vistas a estimular a construção coletiva de conhecimento e a socialização entre os cursistas. Os principais interlocutores do processo formativo serão os tutores da disciplina. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.

Avaliação da Aprendizagem: A avaliação será realizada de forma processual com caráter diagnóstico e formativo. Serão considerados aspectos qualitativos e quantitativos, presentes tanto no domínio cognitivo quanto no desenvolvimento de hábitos, atitudes e valores. As atividades avaliativas (síncronas e assíncronas) propostas terão prazos definidos para entrega e o acompanhamento dos estudantes, para fins de verificação do desempenho acadêmico, será realizado pelos tutores. As correções das atividades propostas serão realizadas em consonância com os critérios de avaliação elencados pelo professor formador, estarão coerentes com a abordagem apresentada na disciplina e serão publicizados aos alunos antecipadamente no AVA. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os discentes avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos).

Bibliografia básica:

BIANCHESSI, Cleber (org.). **Cultura Digital:** novas relações pedagógicas para aprender e ensinar. Curitiba: Bagai, v. 2, 2020. *E-book*. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/585258>. Acesso em: 03 mar. 2024.

BOERES, Sonia. O letramento e a organização da informação digital aliados ao aprendizado ao longo da vida. **Revista Digital Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 483–500, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8651507/pdf>. Acesso em: 03 mar. 2024.

OLIVEIRA, Achilles Alves de; SILVA, Yara Fonseca de Oliveira. Mediação pedagógica e tecnológica: conceitos e reflexões sobre o ensino na cultura digital. **Rev. Educ. Questão**, Natal, v. 60, n. 64, e-28275, abr. 2022.

Disponível em

http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-77352022000200203&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 03 mar. 2024.

PENHA, Jonas Marques da; ALMEIDA, Larissa Germana Martins de. Cibercultura e Educação Profissional e Tecnológica: letramento digital como potencialidade no ensino médio integrado. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 4, n. 2, p. 80–97, 2020. Disponível em:

<https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/542>. Acesso em: 03 mar. 2024.

ROSA, Cristiane de Oliveira; MILL, Daniel; MEDEIROS, Fernandina Fernandes de Lima. Letramento, educação e cultura digital: uma breve revisão bibliográfica.

In: Congresso Internacional de Educação e Tecnologias|Encontro de Pesquisadores em Educação e Tecnologias|Congresso de Ensino Superior a Distância|Congresso Internacional de Ensino Superior a Distância, 2022, São Carlos. Anais do CIET:CIESUD:2022, São Carlos, set. 2022. Disponível em:

<https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2022/article/view/2000/1637>. Acesso em: 03 mar. 2024.

SILVA, Iasmin Ferreira da; FELÍCIO, Cinthia Maria. Mediação de práticas educativas na educação profissional com Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação: considerações a partir da teoria histórico-cultural. **Educitec: Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, v. 8, e191222, 2022. Disponível em:

<https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/1912>. Acesso em: 03 mar. 2024.

VILLELA, Ana Paula; PRADO, Jesus Vanderli do; BORGES, Rosimeire Aparecida Soares. Tecnologias digitais nos processos de ensino aprendizagem e inclusão de estudantes com deficiência. *In: Congresso Internacional de Educação e Tecnologias|Encontro de Pesquisadores em Educação e Tecnologias|Congresso de Ensino Superior a Distância|Congresso Internacional de Ensino Superior a Distância. Anais do CIET:CIESUD:2022*, São Carlos, set. 2022. Disponível em:

<https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2022/article/download/2108/1923/>. Acesso em: 03 mar. 2024.

Bibliografia complementar:

BOMFIM, Lucilene da Silva Santos.; THEODORO, Yasmine Braga. Letramento crítico a partir de práticas interdisciplinares no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, Natal, v. 7, n. 24, 2021. Disponível em:

<https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/3642>. Acesso em: 03 mar. 2024.

KLEIMAN, Angela Bustos.; MARQUES, Ivoneide. B. de A. S. Letramentos e tecnologias digitais na educação profissional e tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v. 2, n. 15, e7514, 2018. Disponível em:

<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/7514>. Acesso em: 03 mar. 2024.

MENEZES, Karina Moreira; COUTO, Raqueline de Almeida; SANTOS, Sheila Carine Souza. **Alfabetização, letramento e tecnologias**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019. E-book. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/553784>. Acesso em: 03 mar. 2024.

SOUSA, Wênia Keila Lima de; LOUREIRO, Robson Carlos; DAVID, Priscila Barros. Integração das TDICs com a docência na educação profissional e tecnológica: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Educar Mais**, Pelotas, v. 7, p. 202–220, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/educarmais/article/view/3020>. Acesso em: 03 mar. 2024.

SOUSA, Wênia Keila Lima de; VASCONCELOS, Francisco Herbert Lima. Educação profissional e tecnológica e a utilização das tecnologias digitais no processo de ensino: uma revisão sistemática da literatura. **Devir Educação**, Lavras, v. 7, n. 1, 2023. Disponível em: <https://devireducacao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/article/view/632>. Acesso em: 03 mar. 2024.

ZANK, Cláudia.; RIBEIRO, Jorge Alberto Rosa; BEHAR, Patricia Alejandra. Limites para a alfabetização crítica das mídias digitais na educação profissional. **Revista Educação e Linguagens**, Campo Mourão, v. 2, n. 2, p. 24–38, 5 out. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/revistaeduculings/article/view/6353>. Acesso em: 03 mar. 2024.

Unidade Temática: Trabalho–Educação: Fundamentos teóricos e didáticos I

Carga Horária: 30h

Objetivo: Trazer, em caráter introdutório, discussões que envolvam as marcas, os desafios e os avanços da relação entre trabalho e educação no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.

Ementa: As vicissitudes dos legados históricos de regulação da Educação Profissional e Tecnológica brasileira: conquistas, reveses e resistências. Trabalho, Educação Profissional e Tecnológica, diversidades, lutas, reivindicações e direitos: gênero, geração, necessidades específicas, etnias, comunidades tradicionais e migrantes. Diferenças de perspectivas na Educação Profissional e Tecnológica: pedagogia histórico-crítica *versus* pragmatismo, teoria do capital humano e lógica das competências.

Metodologia e Recursos Utilizados: A metodologia será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de

Aprendizagem (AVA), contemplando múltiplas abordagens com momentos síncronos e assíncronos. Os recursos utilizados incluem videoaulas, livros digitais, materiais de estudo interativos e atividades práticas, individuais e colaborativas. Será incentivada a participação em fóruns de discussão e grupos de estudo, com vistas a estimular a construção coletiva de conhecimento e a socialização entre os cursistas. Os principais interlocutores do processo formativo serão os tutores da disciplina. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.

Avaliação da Aprendizagem: A avaliação será realizada de forma processual com caráter diagnóstico e formativo. Serão considerados aspectos qualitativos e quantitativos, presentes tanto no domínio cognitivo quanto no desenvolvimento de hábitos, atitudes e valores. As atividades avaliativas (síncronas e assíncronas) propostas terão prazos definidos para entrega e o acompanhamento dos estudantes, para fins de verificação do desempenho acadêmico, será realizado pelos tutores. As correções das atividades propostas serão realizadas em consonância com os critérios de avaliação elencados pelo professor formador, estarão coerentes com a abordagem apresentada na disciplina e serão publicizados aos alunos antecipadamente no AVA. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os discentes avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos).

Bibliografia básica:

FISCHER, Maria Clara Bueno; FRANZOI, Naira Lisboa. Formação Humana e Educação Profissional: Diálogos Possíveis. **Educação, Sociedade & Cultura**, Portugal, v. 29, n. 1, p. 35–51, 2009. Disponível em: <https://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC29/29ClaraFNairaF.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. **Perspectiva**, v. 19, n. 1, p. 71–87, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8463>. Acesso em: 21 jan. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Fazendo pelas mãos a cabeça do trabalhador: o trabalho como elemento pedagógico na formação profissional. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, n. 47, p. 38–45, 1983. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15741983000400004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 19 jan. 2024.

GUIMARÃES, Nadya de Araújo. Qualificação como relação social. In: **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/index.html>. Acesso em: 21 jan. 2024.

IANNI, Octávio. O mundo do trabalho. **São Paulo em Perspectiva**, v.8, n.1, p.2–12, jan.–mar. 1994. Disponível em:

http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v08n01/v08n01_01.pdf. Acesso em: 21 jan. 2024.

KUENZER, Acácia Zeneida. Educação profissional: categorias para uma nova pedagogia do trabalho. **Boletim Técnico do Senac**, v. 25, n. 2, p. 18–29, maio–ago. 1999. Disponível em: <https://bts.senac.br/bts/article/view/596>. Acesso em: 18 jan. 2024.

MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. A luta dos trabalhadores pelo direito à educação e à formação profissional, em defesa da escola pública: um relato de experiência. **Revista Trabalho Necessário**, v. 21, n. 44, p. 1–38, 2023. <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/57854>. Acesso em: 21 jan. 2024.

MOURA, Dante Henrique. Educação Básica e EPT: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**, [s.l.], v. 2, p. 4–30, 2008. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11>. Acesso em: 16 jan. 2024.

OLIVEIRA, Ramon de. A Teoria do Capital Humano e a Educação Profissional Brasileira. **Boletim Técnico do Senac**, v. 27, n. 1, p. 26–37, 2001. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/560>. Acesso em: 21 jan. 2024.

PELLISSARI, Lucas Barbosa. A reforma da educação profissional e tecnológica no Brasil: 2016 a 2021. **Educação em Revista**, n. 39, e37056, 2023. <https://doi.org/10.1590/0102-469837056>. Acesso em: 21 jan 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. É possível uma pedagogia das competências contra-hegemônica?: relações entre pedagogia das competências, construtivismo e neopragmatismo. **Trab. educ. saúde** [Internet], v. 1, n. 1, p. 93–114, mar. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462003000100008>. Acesso em: 21 jan. 2024.

SAVIANI, Dermeval. Da inspiração à formulação da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC). Os três momentos da PHC que toda teoria verdadeiramente crítica deve conter. **Interface** – Comunicação, Saúde, Educação, v. 21, n. 62, p. 711–724, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622017.0001>. Acesso em: 21 jan. 2024.

Bibliografia complementar:

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. A reforma do ensino médio do Governo Temer, a educação básica mínima e o cerco ao futuro dos jovens pobres.

Revista Holos, [s.l.], v. 8, p. 219–232, 2018. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/7065>. Acesso em: 21 jan. 2024.

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; RODRIGUES, Doriedson do Socorro. Referências sobre práticas formativas em educação profissional: o velho travestido de novo frente ao efetivamente novo. **Boletim Técnico do Senac**, v. 36, n. 2, p. 51–63, 2010. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/218>. Acesso em: 21 jan. 2024.

AZEVEDO, Luiz Alberto; SHIROMA, Eneida Oto; COAN, Marival. As políticas públicas para a educação profissional e tecnológica: sucessivas reformas para atender a quem. **Boletim Técnico do Senac**, v. 38, n. 2, p. 27–40, 2012. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/164>. Acesso em: 21 jan. 2024.

CAETANO, Maria Raquel; LOPONTE, Luciana Neves. **Histórias e Memórias em Educação Profissional e Tecnológica**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. Disponível em: <https://pedrojoaoeditores.com.br/produto/historias-e-memorias-em-educacao-profissional-e-tecnologica/>. Acesso em: 21 jan. 2024.

CLOVES, Alexandre de Castro; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro; SCHENKEL, Cladecir Alberto. História socioespacial do trabalho no Brasil, educação profissional tecnológica e a questão regional. In: **Revista Labor**, v. 1, n. 24, p. 331–355, 19 out. 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/44200>. Acesso em: 16 jan. 2024.

CLOVES, Alexandre de Castro; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro; MEDEIROS, Ivonete Telles. Educação Tecnológica no Brasil: A Geopolítica e a Geografia Política do processo histórico. **Metodologias e Aprendizado**, v. 6, p. 516–533, 2023. Disponível em: <https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/metapre/article/view/3983>. Acesso em: 21 jan. 2024.

CIAVATTA, Maria. A produção do conhecimento sobre a configuração do campo da educação profissional e tecnológica. **Holos**, [s. l.], v. 6, p. 33–49, 2016. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5013>. Acesso em: 21 jan. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Ensino médio e técnico profissional: disputa de concepções e precariedade. 2013. In: **EMdiálogoamazônia: ENSINO MÉDIO EM FOCO**. Disponível em: <http://emdialogoamazonia.blogspot.com.br/2013/03/ensino-medio-e-tecnico-profissional.html>. Acesso em: 21 jan. 2024.

LIMA FILHO, Domingos Leite; QUELUZ, Gilson Leandro. A tecnologia e a educação tecnológica: elementos para uma sistematização conceitual. **Educ. Tecnol.**, Belo Horizonte, v.10, n.1, p.19–28, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://www.seer.dppg.cefetmg.br/index.php/revista-et/article/view/71>. Acesso em: 21 jan. 2024.

POCHMANN, Márcio. Tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil. **Ciência e coletiva**, v. 25, n.1, dez. 2019–jan. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2020.v25n1/89-99/>. Acesso em: 21 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. (Coleção formação pedagógica; v. 5). Disponível em:

<https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Historia-e-politica-da-educacao-profissional.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2024.

RODRIGUES, Doriedson do Socorro. A integração saberes e conhecimentos escolares em processos formativos: o que dizem as pesquisas e as escolas.

Revista Humanidades e Inovação, v. 7, n. 12, 2020. Disponível em:

<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/3062>. Acesso em: 21 jan. 2024.

SILVA, Luciane Teixeira da; NOSELLA, Paolo. A “cultura extrema” enquanto estratégia de hegemonia: uma análise a partir dos escritos de Antonio

Gramsci. **Revista Labor**, Fortaleza, v. 1, n. 22, p. 19–31, 2019. Disponível em:

https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/51499/1/2019_art_itsilvapnosella.pdf. Acesso em: 18 jan. 2024.

Recursos educacionais:

LEITURAS BRASILEIRAS. Dermeval Saviani / **A Pedagogia Histórico-Crítica**.

Youtube, 2017. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=13ojrNgMChk&t=341s>. Acesso em: 26 jan. 2024.

SCHIEDECK, Silvia; FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos. **A origem de uma nova institucionalidade em EPT**: narrativas e memórias sobre os

Institutos Federais. Porto Alegre: IFRS/ProfEPT, 2019. Disponível em:

<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/433129>. Acesso em: 8 jan. 2024.

BASTOS, Rafael. Gaudêncio Frigotto / **A educação como capital humano** – parte I. Youtube, 2021. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=VnL8tGw6LNA>. Acesso em: 26 jan. 2024.

BASTOS, Rafael. Gaudêncio Frigotto / **A educação como capital humano** – parte II. Youtube, 2021. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=4i1Y59zy7SY>. Acesso em: 26 jan. 2024.

IndustriALL_GU. **Episódio 1 Transformações e Desafios no Mundo do Trabalho**. Youtube, 2020. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=jS_OzdTFwqM. Acesso em: 26 jan. 2024.

Unidade Temática: Trabalho-Educação: Fundamentos teóricos e didáticos II

Carga Horária: 30h

Objetivo: Propiciar, em continuidade à introdução da Unidade Temática I, discussões e reflexões que envolvam as marcas, os desafios e os avanços da relação entre trabalho e educação no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.

Ementa: O princípio pedagógico do trabalho, potencialidades e possibilidades de efetivação da escola unitária, da omnilateralidade e da politecnia. Ensino

integrado: definições, obstáculos, tensões e avanços teóricos e práticos. Práxis transformadora: perspectivas e oportunidades emancipatórias frente ao panorama atual do mundo do trabalho, implicações, protagonismos e contribuições da prática docente, da gestão e da EaD.

Metodologia e Recursos Utilizados: A metodologia será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), contemplando múltiplas abordagens com momentos síncronos e assíncronos. Os recursos utilizados incluem videoaulas, livros digitais, materiais de estudo interativos e atividades práticas, individuais e colaborativas. Será incentivada a participação em fóruns de discussão e grupos de estudo, com vistas a estimular a construção coletiva de conhecimento e a socialização entre os cursistas. Os principais interlocutores do processo formativo serão os tutores da disciplina. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.

Avaliação da Aprendizagem: A avaliação será realizada de forma processual com caráter diagnóstico e formativo. Serão considerados aspectos qualitativos e quantitativos, presentes tanto no domínio cognitivo quanto no desenvolvimento de hábitos, atitudes e valores. As atividades avaliativas (síncronas e assíncronas) propostas terão prazos definidos para entrega e o acompanhamento dos estudantes, para fins de verificação do desempenho acadêmico, será realizado pelos tutores. As correções das atividades propostas serão realizadas em consonância com os critérios de avaliação elencados pelo professor formador, estarão coerentes com a abordagem apresentada na disciplina e serão publicizados aos alunos antecipadamente no AVA. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os discentes avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos).

Bibliografia básica:

Clavatta, Maria. O ensino integrado, a politécnica e a educação omnilateral. Por que lutamos?. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187–205, jan–abr. 2014 Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>. Acesso em: 21 jan. 2024.

Machado, Lucília Regina de Souza. Politécnica, escola unitária e trabalho: lições do passado e do presente. **Revista Trabalho Necessário**, ano 13, n. 20, p. 234–251, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/tn.13i20.p8620>. Acesso em: 21 jan. 2024.

Machado, Lucília Regina de Souza. O trabalho como referência para a formação e a democracia. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v.1, n.26, 2023. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/15167>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MARTINS, Marcos Francisco. Gramsci, Educação e Escola Unitária. **Educação e Pesquisa**, v. 47, p. e226099, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147226099>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectiva de integração. Natal: **Holos**, v. 2, p. 1-27, 2007. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11>. Acesso em: 20 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. Ensino médio integrado: da conceituação à operacionalização. **Revista Cadernos de Pesquisa em Educação**, ano 11, v. 19, n. 39, p. 15-29, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/educacao/article/view/10243>. Acesso em: 20 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. Filosofia da Práxis e práticas pedagógicas de formação de trabalhadores. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, MG, v. 23, n. 1, p. 207-218, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9306>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?lang=pt>. Acesso em: 03 jan. 2024.

Bibliografia complementar:

ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de; SÁ, Giedre Teresinha Ragnini de. Políticas educacionais e pesquisa acadêmica: uma reflexão sobre a escola unitária em Antonio Gramsci enquanto um objeto de investigação. **Série-Estudos** – Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB, n.40, p. 223-237, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://serieucdb.emnuvens.com.br/serie-estudos/article/view/876>. Acesso em: 20 jan. 2024.

ALVES, Leandro Marcos Salgado; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro; FARIA, Filipe Pereira; ROHR, Michel Luís. Retalhos de experiências exitosas em educação profissional e tecnológica. **Debates em Educação**, Maceió, v. 11, n. 24, maio-ago. 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/ojs2-somente-consulta/index.php/debateseducacao/article/view/6910>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CHISTÉ, Priscila de Souza. Educação Profissional no Brasil: reflexões sobre o ensino médio integrado. **Revista Eletrônica Debates em Educação Científica e Tecnológica**, v. 4, n. 2, p. 86 – 113, 2014. Disponível em:

<https://ojs.ifes.edu.br/index.php/dect/article/view/78>. Acesso em: 02 fev. 2024.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. A politecnia nos debates pedagógicos soviéticos das décadas de 20 e 30. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n.18, 2020, p. 1–26. Disponível em:

<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/9575/2568>.

Acesso em 8 jan. 2024.

MOURA, Dante Henrique. A organização curricular do ensino médio integrado a partir do eixo estruturante: trabalho, ciência, tecnologia e cultura. **Revista Labor**, v.1, n.7, 2012. Disponível em:

https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/23326/1/2012_art_drmoura.pdf.

Acesso em: 20 jan. 2024.

OLIVEIRA, Ramon de. Ensino médio integrado: desafios para os que lutam por uma escola emancipatória. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 1, n. 23, p. e14688, 2023. Disponível em:

<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/14688>. Acesso

em: 20 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. Escola Unitária. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, pp. 341–347, 2012. Disponível em:

<https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf>. Acesso em: 20 jan.

2024.

RAMOS, Marise Nogueira. Práxis e pragmatismo: referências contrapostas dos saberes profissionais. In: SÁ, Maria Roseli Gomes Brito de; FARTES, Vera Lúcia Bueno (Orgs.). **Currículo, formação e saberes profissionais**: a (re) valorização epistemológica da experiência. Salvador: EDUFBA, p. 221, 2010. Disponível em:

<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/39226>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. A formação humana na perspectiva histórico-ontológica. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 15, n. 45, p. 422–590, set./dez 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/yXjXQvzWfhSp5VNHX6KqKLh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 jan. 2024.

SILVA, Deise Rosálio. A perspectiva pedagógica de Antonio Gramsci. In: BOTO, C. **Clássicos do pensamento pedagógico**: olhares entrecruzados [online].

Uberlândia: EDUFU, História, Pensamento, Educação Collection. Novas Investigações series, v. 9. pp. 141–170, 2019. Disponível em:

<http://books.scielo.org/id/fjnhs/pdf/boto-9786558240273-08.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Recursos educacionais:

BRAGA, Osório Esdras Guimarães; PRATES, Admilson Eustáquio. **O trabalho como princípio educativo no Ensino Médio Integrado do IFNMG**. Montes Claros: IFNMG/ProfEPT. Youtube, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YlgGbzhirg>. Acesso em: 08 jan. 2024.

SILVA, Marilene Veiga da; BRASILEIRO, Beatriz Gonçalves. **Os Sentidos do Trabalho e os Conceitos Essenciais da EPT: Um Guia Para Estudantes, Professores e Gestores**, 2023. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/740867>. Acesso em: 09 jan. 2024.

ANTUNES, Ricardo. **Trabalho intermitente e o trabalhador hoje no Brasil**. Youtube, 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=UMYovnOhk_A. Acesso em: 30 jan 2024.

7.2.2 Unidades Temáticas do Núcleo Específico

Unidade Temática: Fundamentos da Educação a Distância

Carga Horária: 30h

Objetivo: Compreender aspectos conceituais e legais acerca da Educação a Distância, bem como sua articulação com a Educação Profissional e Tecnológica. Analisar diferentes terminologias e concepções relacionadas à Educação a Distância (cursos MOOC, e-learning, u-learning, educação híbrida, educação aberta, ensino remoto, educação virtual, educação flexível, entre outras), problematizando-as à luz das especificidades da modalidade

Ementa: O conceito de Educação a Distância. A Educação a Distância como modalidade educacional: marcos legais e regulatórios. Concepções e terminologias advindas da prática pedagógica mediada por tecnologias. A Educação Profissional e Tecnológica ofertada a distância: possibilidades e desafios para a formação omnilateral e emancipatória.

Metodologia e Recursos Utilizados: A metodologia será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), contemplando múltiplas abordagens com momentos síncronos e assíncronos. Os recursos utilizados incluem videoaulas, livros digitais, materiais de estudo interativos e atividades práticas, individuais e colaborativas. Será incentivada a participação em fóruns de discussão e grupos de estudo, com vistas a estimular a construção coletiva de conhecimento e a socialização entre os cursistas. Os principais interlocutores do processo formativo serão os tutores da disciplina. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.

Avaliação da Aprendizagem: A avaliação será realizada de forma processual com caráter diagnóstico e formativo. Serão considerados aspectos qualitativos e quantitativos, presentes tanto no domínio cognitivo quanto no desenvolvimento de hábitos, atitudes e valores. As atividades avaliativas (síncronas e assíncronas) propostas terão prazos definidos para entrega e o acompanhamento dos estudantes, para fins de verificação do desempenho acadêmico, será realizado pelos tutores. As correções das atividades propostas serão realizadas em consonância com os critérios de avaliação elencados pelo professor formador, estarão coerentes com a abordagem apresentada na disciplina e serão publicizados aos alunos antecipadamente no AVA. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os discentes avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos).

Bibliografia básica:

CHAQUIME, Luciane Penteado; LINHALIS, Flávia; CAROLEI, Paula; MALHEIRO, Cícera A. Lima; SANTOS, Marilde, Terezinha Prado. Educação a distância, aberta, remota, híbrida, flexível e e-learning: relação entre educação e tecnologia digital. In: LIMA, Daniela da Costa Britto Pereira; FURLAN, Maria Luisa Costa; MEDEIROS, Lilian Giotto Zaros de (orgs.). **Educação com uso de tecnologias: conceitos e perspectivas**. E-book. Goiânia: Cegraf UFG, 2023.

Disponível em: <https://cegraf.ufg.br/p/45839-cegraf-ufg-2023>. Acesso em: 23 abr. 2024.

MILL, Daniel. Educação a Distância: cenários, dilemas e perspectivas. **Revista de Educação Pública**, [S. l.], v. 25, n. 59/2, p. 432–454, 2016. DOI: 10.29286/rep.v25i59/2.3821. Disponível em:

<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/3821>. Acesso em: 23 abr. 2024.

NAKADA, Liane; URBAN, Rodrigo. Educação a distância no Brasil: potencialidades, fragilidades e contribuições para a educação profissional e tecnológica. **Revista EaD e Tecnologias Digitais na Educação**, n. 24, v. 12, 2023. Disponível em:

<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/ead/article/view/17699/9802>. Acesso em: 23 abr. 2024.

NASCIMENTO, Cinara Ourique do; SAINZ, Ricardo Lemos. Educação a distância– teoria e prática. **Em Rede – Revista de Educação a Distância**, v. 7, n. 2, 2020. Disponível em:

<https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/599/591>. Acesso em: 23 abr. 2024.

SILVA, Giovane José da; SANTOS, Simone Costa Andrade dos; BATTESTIN, Vanessa; ZAMBERLAN, Miguel Fabrício. **Diretrizes para educação a distância da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: módulo de legislação**. Vitória, ES: Edifes, 2020. Disponível em:

<https://proedu.rnp.br/handle/123456789/1655>. Acesso em: 23 abr. 2024.

SILVA, Hellen Camila; COSTA, Maria Luisa Furlan. A educação profissional e tecnológica na modalidade a distância: história, bases legais e cursos nessa modalidade de ensino. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, p. 36–50, 2017. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/5716/pdf>. Acesso em: 23 abr. 2024.

Bibliografia complementar:

ARRUDA, Eucídio Pimenta. Políticas públicas em EaD no Brasil: marcas da técnica e lacunas educacionais. **Inclusão Social**, [S. l.], v. 10, n. 1, 2018. Disponível em: <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4175>. Acesso em: 23 abr. 2024.

ARRUDA, Eucídio Pimenta; ARRUDA, Durcelina Ereni Pimenta. Educação à distância no Brasil: políticas públicas e democratização do acesso ao ensino superior. **Educação em Revista**, v. 31, n. 3, p. 321–338, jul. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/L8pKJVB44tLnp5rTzNB3SvC/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 23 abr. 2024.

NASCIMENTO, Cinara Ourique do; RODRIGUES, Sheyla Costa. A educação a distância como oportunidade de formação profissional e tecnológica. **RIED**.

Revista Iberoamericana de Educación a Distancia, v. 17, n. 2, 2014.

Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3314/331431248008.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2024.

RAMOS, Wilsa Maria; BICALHO, Rute Nogueira de Moraes; NOGUEIRA, Danielle Xabregas Pamplona; SOUSA E MELO, Livia Veleda; TEIXEIRA, Janaína Angelina. Qualificação profissional na escola do trabalhador: por uma nova ecologia do conhecimento. **Em Rede – Revista de Educação a Distância**, v. 6, n. 1, 2019. Disponível em:

<https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/428/420>. Acesso em: 23 abr. 2024.

VASCONCELOS, Mirian Rodrigues Silva; SILVA, Leonardo Henrique; MATOS, Fernando Barbosa; LIMA, Emmanuela Ferreira. Formação profissional: análise do Programa e-Tec no IFGoiano. In: SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: GESTÃO, PRÁTICAS E SUAS APLICAÇÕES, 2019. **Anais [...]**. Goiânia, dez. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/2076>. Acesso em: 23 abr. 2024.

Unidade Temática: Teorias, Metodologias e Planejamento Pedagógico na EaD

Carga Horária: 30h

Objetivo: Conhecer e analisar teorias pedagógicas que fundamentam práticas e metodologias de ensino-aprendizagem na modalidade a distância. Compreender e planejar conteúdos técnicos e tecnológicos para a EPT na

modalidade de EaD, sob a perspectiva da formação integral, emancipatória e comprometida com a transformação social.

Ementa: Teorias pedagógicas e estilos de aprendizagem em EaD. Aprendizagem de pessoas adultas e formação para o mundo do trabalho. Planejamento pedagógico para a EPT na modalidade a distância, com ênfase nas práticas pedagógicas para o desenvolvimento de saberes profissionais e tecnológicos.

Metodologia e Recursos Utilizados: A metodologia será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), contemplando múltiplas abordagens com momentos síncronos e assíncronos. Os recursos utilizados incluem videoaulas, livros digitais, materiais de estudo interativos e atividades práticas, individuais e colaborativas. Será incentivada a participação em fóruns de discussão e grupos de estudo, com vistas a estimular a construção coletiva de conhecimento e a socialização entre os cursistas. Os principais interlocutores do processo formativo serão os tutores da disciplina. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.

Avaliação da Aprendizagem: A avaliação será realizada de forma processual com caráter diagnóstico e formativo. Serão considerados aspectos qualitativos e quantitativos, presentes tanto no domínio cognitivo quanto no desenvolvimento de hábitos, atitudes e valores. As atividades avaliativas (síncronas e assíncronas) propostas terão prazos definidos para entrega e o acompanhamento dos estudantes, para fins de verificação do desempenho acadêmico, será realizado pelos tutores. As correções das atividades propostas serão realizadas em consonância com os critérios de avaliação elencados pelo professor formador, estarão coerentes com a abordagem apresentada na disciplina e serão publicizados aos alunos antecipadamente no AVA. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os discentes avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos).

Bibliografia básica:

BARREIRO, Romulo Mendes Carvalho. Um breve panorama sobre o design instrucional. **EaD em foco**, v. 6, n. 2, 2016. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.18264/eadf.v6i2.375>. Acesso em: 24 abr. 2024.

BARROS, Rosana. Revisitando Knowles e Freire: Andragogia *versus* pedagogia, ou O dialógico como essência da mediação sociopedagógica. **Revista Educação e Pesquisa**, v. 44, 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ep/a/TdjFHK3NrJdKQ5SrZbBwjF/#>. Acesso em: 22 jan. 2024.

ECKSTEIN, Manuela Pires Weissbock; KNUPPEL, Maria Aparecida Crissi. A educação digital mediada pelos estudos do design instrucional. **Video Journal**

of **Social and Human Research**, v. 1, n. 2, p. 85–101, 2022. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/13108>. Acesso em: 30 de jan. de 2024.

GARCIA, Paola Trindade; CHAGAS, Deysianne Costa; OLIVEIRA, Ana Emilia Figueiredo de (orgs.). **Planejamento educacional na EaD autoinstrucional: por que, para que e como fazer?** Livro eletrônico. São Luís: EDUFMA, 2021. Disponível em: <https://ares.unasus.gov.br/acervo/handle/ARES/24368>. Acesso em: 24 abr. 2024.

GUIMARÃES, Ueudison Alves, ROQUE, Silvânia Maria; SANTOS, Celiney Tavares; SANTIAGO, Ellen Cristina Boratti. Contribuições do Design Instrucional para a aprendizagem autogerida em cursos de educação a distância. **RECIMA21–Revista Científica Multidisciplinar**, v. 4, n. 4, p. e443038–e443038, 2023. Disponível em:

<https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/3038/2216>.

Acesso em: 24 abr. 2024.

MACIEL, Cristiano; ALONSO, Kátia Morosov; PANIAGO, Maria Cristina.

Educação a distância: interações entre sujeitos, plataformas e recursos.

Cuiabá: EdUFMT, 2018. E–pub. Disponível em:

<https://www.edufmt.com.br/product-page/educa%C3%A7%C3%A3o-a-dist%C3%A2ncia-intera%C3%A7%C3%A3o-entre-sujeitos-plataformas-e-recursos-1>. Acesso em: 30 jan. 2024.

PEREIRA, Adriana Soares; PARREIRA, Fábio José; SILVEIRA, Sidnei Renato; BERTAGNOLLI, Sílvia de Castro. **Metodologia de aprendizagem em EaD.**

Santa Maria: Núcleo de Tecnologia Educacional – Nte, 2017. 133 p. Disponível em:

https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15809/Licenciatura_Computacao_Metodologiaaprendizagem.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 22 jan. 2024.

PINTO, Joane Vilela; BOSCARIOLI, Clodis. Estilos de aprendizagem na educação a distância: reflexões sobre relações e possibilidades. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 8, n. 54, p. 20020 – 230, 2021. Disponível em:

<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/3523>. Acesso em: 24 abr. 2024.

RAMOS, Samantha; MOREIRA, Antônio. A formação de professores na era digital: práticas pedagógicas com tecnologias digitais na educação superior. In: SALES, K. M. B.; CRAVO, R. C.; COSTA, E. T. de F. da. **Difusão do Conhecimento, Educação, Tecnologias e Modelagens Sociais (DCETM)**. Santo André: V&V Editora, 2023. p. 79–104. Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/1lcG5cFRbENX5dVSgmJM71bvFOWrORvN2/view>. Acesso em: 22 jan. 2024.

SERPA, Diane. Estratégias de ensino–aprendizagem eficazes para a EJA EaD.

Contraponto: Discussões Científicas e Pedagógicas em Ciências,

Matemática e Educação, v. 5, n. 7, p. 53–63, 2024. Disponível em:

<https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/contraponto/article/view/4147>.

Acesso em: 24 abr. 2024.

SEVALHO, Elison de Souza. Taxonomia de Bloom como ferramenta de ensino e aprendizagem na formação superior em modalidade a distância. **Educitec – Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, v. 3, n. 6, p. 03–10, 2017. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/182/87>. Acesso em: 24 abr. 2024.

Bibliografia complementar:

AMIEL, Tel; DURAN, Maria Renata da Cruz.; COSTA, Celso José da. Construindo Políticas de Abertura a partir dos Recursos Educacionais Abertos: uma Análise do Sistema Universidade Aberta do Brasil. **Revista Latinoamericana de Tecnología Educativa**, v. 16, p. 161–176, 2017. Disponível em:

https://dehesa.unex.es/bitstream/10662/7091/1/1695-288X_16_2_161.pdf. Acesso em: 30 jan. 2024.

ANDRADE, Saulo Carmo; SANTOS, Maria de Fátima Luz. O design instrucional e o design educacional sob a ótica de uma educação progressista. **Ensino em Foco**, v. 3, n. 8, p. 64–75, 2020. Disponível em:

<https://publicacoes.ifba.edu.br/ensinoemfoco/article/view/807/533>. Acesso em: 24 abr. 2024.

BARRERA, Débora Furtado. **Elaboração de conteúdo para EaD**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/206249>. Acesso em: 24 abr. 2024.

BARROS, Rosana. Revisitando Knowles e Freire: andragogia *versus* pedagogia, ou O dialógico como essência da mediação sociopedagógica. **Revista Educação e Pesquisa** (USP), 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/TdjFHK3NrJdKQ5SrZbBwjF/#>. Acesso em: 22 jan. 2024.

COSTA, Humberto; STOLTZ, Tania; DA SILVA, Trajano Felipe Barrabas Xavier. A utilização do Design Thinking pelo designer instrucional na produção de materiais educacionais destinados à educação a distância. **EaD em Foco**, v. 10, n. 2, e953, 2020. Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/953>. Acesso em: 24 abr. 2024.

MARX, Luciana Machado. O designer instrucional na modalidade de ensino a distância (EAD): concepções e reflexões. **Revista EDaPECI**, v. 14, n. 3, p. 577–594, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/edapeci/article/view/2893/pdf>. Acesso em: 24 abr. 2024.

MENDES, Marcos. **Design instrucional: na prática**. Formiga, MG: Editora Union, 2022. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/701471>. Acesso em: 24 abr. 2024.

PEREIRA, Hiêda Claudia Barbosa; AZEVEDO, Breno Fabrício Terra; CAROLEI, Paula. Design Instrucional: perspectiva didático-metodológica para integração da tecnologia na formação docente. **Revista Teias**, v. 22, n. 65, p.

219–238, 2021. Disponível em:
http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-03052021000200219. Acesso em: 24 abr. 2024.

SOUSA, Robson Pequeno de; MOITA, Filomena da M. C da S. C; CARVALHO, Ana Beatriz Gomes. **Tecnologias digitais na educação**. Campina Grande: EDUEPB, 2011. Disponível em:
<https://static.scielo.org/scielobooks/6pdyn/pdf/sousa-9788578791247.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2024.

STUDART, Nelson. A gamificação como design instrucional. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, v. 44, p. e20210362, 2021. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbef/a/TFcKMNMYWRRhBGNxNmHRn3v/>. Acesso em: 24 abr. 2024.

Recursos educacionais:

COSTA, Ellen de Fatima Lago Barros. Didática: as especificidades do conhecimento para E.P.T. **Youtube**, 2019. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=NYfUB-Hsjbo>. Acesso em 30 de jan. 2024.

GARCIA, Rafael M. Infográfico Design Instrucional (por Filatro). 2016. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/206305>. Acesso em: 24 abr. 2024.

Unidade Temática: Produção de Materiais Didáticos Digitais

Carga Horária: 30h

Objetivo: Fornecer subsídios teóricos e metodológicos para curadoria e produção de materiais didáticos significativos no contexto da EPT, compreendendo seus limites e possibilidades de modo a abranger diferentes formatos que atendam às diversificadas necessidades de aprendizagens.

Ementa: Elaboração, curadoria e avaliação de materiais didáticos digitais, abrangendo formatos como vídeos, podcasts, infográficos e apresentações, com enfoque na promoção da interatividade, usabilidade e acessibilidade. Bases teóricas e metodológicas na produção de material didático. Produção e avaliação de material didático, sob a perspectiva do atendimento das diversificadas necessidades de aprendizagens.

Metodologia e Recursos Utilizados: A metodologia será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), contemplando múltiplas abordagens com momentos síncronos e assíncronos. Os recursos utilizados incluem videoaulas, livros digitais, materiais de estudo interativos e atividades práticas, individuais e colaborativas. Será incentivada a participação em fóruns de discussão e grupos de estudo, com vistas a estimular a construção coletiva de conhecimento e a socialização entre os cursistas. Os principais interlocutores do processo

formativo serão os tutores da disciplina. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.

Avaliação da Aprendizagem: A avaliação será realizada de forma processual com caráter diagnóstico e formativo. Serão considerados aspectos qualitativos e quantitativos, presentes tanto no domínio cognitivo quanto no desenvolvimento de hábitos, atitudes e valores. As atividades avaliativas (síncronas e assíncronas) propostas terão prazos definidos para entrega e o acompanhamento dos estudantes, para fins de verificação do desempenho acadêmico, será realizado pelos tutores. As correções das atividades propostas serão realizadas em consonância com os critérios de avaliação elencados pelo professor formador, estarão coerentes com a abordagem apresentada na disciplina e serão publicizados aos alunos antecipadamente no AVA. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os discentes avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos).

Bibliografia básica:

ARRUDA, Eucídio Pimenta. O professor universitário no contexto da autoria para a EaD: provocações entre a formação e a elaboração de materiais didáticos. In: FIDALGO, Fernando. et. al (Orgs.). **Educação a distância: meios, atores e processos**. Belo Horizonte: CAED–UFMG, 2013.

KENSKI, Vani Moreira. Design instrucional para cursos on–line. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2015.

LECLERC, Gesuína de Fátima Elias; FRANÇA, Maria Cristina de Castilhos França. **Repositório de recursos educacionais abertos para educação profissional e tecnológica: guia para usuário institucional**. 2021. Disponível em: <https://proedu.rnp.br/handle/123456789/1707> . Acesso em: 30 de jan. de 2024.

OLIVEIRA, Édison Trombeta. **Produção de material didático para educação a distância**. Editora Senac: São Paulo, 2021.

POSSARI, Lúcia Helena Vendrusculo; NEDER, Maria Lucia Cavalli. **Material didático para a EaD: Processo de Produção**. Cuiabá: EdUFMT, 2009.

ROCHA, Daiana Garibaldi da; GOUVEIA, Luis Manoel Borges. Curadoria de conteúdo na EAD: gestão da qualidade para o desenvolvimento de um modelo de referência. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, v. 9, p. 01–34, publicação contínua, 2022. Disponível em: <https://portal.abecin.org.br/rebecin/article/view/300/461>. Acesso em: 06 jul. 2024.

Referências complementares

ALVES, Gabriel Marcelino; SILVA, Diego Cesar Valente e; SILVA, Paulo José Evaristo da (org.). **Softwares Educacionais**. São João da Boa Vista: EDIFSP, 2021. 312 p. Disponível em:

<https://r.ead.ifsp.edu.br/e-book-softwares-educacionais>. Acesso em: 16 jan. 2024.

DA SILVA, Fabiane Beletti; FERREIRA FILHO, Raymundo Carlos Machado; DE BARROS, Thiago Medeiros; RIBEIRO, Luis Otoni Meireles; JOYE, Cassandra Ribeiro; FURTADO JUNIOR, Corneli Gomes. **Recomendação Técnica de**

Acessibilidade em Recursos Educacionais Digitais. 2020. Disponível em:

<https://proedu.rnp.br/handle/123456789/1648>. Acesso em: 30 jan. 2024.

FERREIRA FILHO, Raymundo Carlos Machado; MACHADO, Raymundo Carlos; RIBEIRO, Luis Otoni Meireles; BARROS, Thiago Medeiros; SILVA, Fabiane Beletti. **Produção de Recursos Educacionais Abertos com Acessibilidade**.

2022. Disponível em: <https://proedu.rnp.br/handle/123456789/1717>. Acesso em: 30 de jan. de 2024.

LIMA, Marília Gabriela Silva. **Manual de Direitos Autorais**. 2020. Disponível em: <https://proedu.rnp.br/handle/123456789/1657>. Acesso em: 30 de jan. de 2024.

SANTOS, Simone Costa Andrade dos; BATTESTIN, Vanessa; RIBEIRO, Luis Otoni Meireles. **Guia para boas práticas em produção de videopalestras**: um guia com orientações simples e práticas para a elaboração de vídeos (in) formativos. 2020. Disponível em:

<http://proedu.rnp.br/handle/123456789/1663>. Acesso em: 30 jan. de 2024.

Produtos educacionais

PASSOS, Marize Lyra Silva; BATTESTIN, Vanessa; ZAMBERLAN, Miguel Fabrício; BODART, Clara Marques. **Curadoria Digital & Estratégias**

Pedagógicas. 2023. Disponível em:

<https://proedu.rnp.br/handle/123456789/2008>. Acesso em: 30 jan. 2023

SANTOS, Simone Costa Andrade; NUNES, Carolina Pereira; LIMA, Christiane Ferreira Lemos. **Educação aberta, recursos educacionais abertos e licenças**

flexíveis. 2023. Disponível em:

<https://proedu.rnp.br/handle/123456789/2018>. Acesso em: 30 jan. 2024.

SANTOS, Simone Costa Andrade dos; CRUZ NETO, Constantino Dias da; SILVA, Paulo José Evaristo da; SILVA, Luanary Kaynne Ferreira da. **Trilhas Formativas**.

2023. Disponível em: <https://proedu.rnp.br/handle/123456789/2003>. Acesso em: 30 jan. 2024.

SONZA, Andréa Poletto; COTONHOTO, Larissy Alves; BATTESTIN, Vanessa; BODART, Clara Marques. **Acessibilidade Digital**. 2023. Disponível em:

<https://proedu.rnp.br/handle/123456789/2006>. Acesso em: 30 jan. 2024.

RIBEIRO, Luis Otoni Meireles; BEDERODE, Igor Radtke; BODART, Clara Marques. **Proteção de dados pessoais e a LGPD**. 2023. Disponível em:

<https://proedu.rnp.br/handle/123456789/2013>. Acesso em: 30 jan. 2024.

Unidade Temática: Ambientes virtuais de aprendizagem: ferramentas e estratégias de avaliação

Carga Horária: 30h

Objetivo: Conhecer o conceito de ambientes virtuais de aprendizagem, fazendo um recorte para o AVA Moodle, suas principais características e funcionalidades. Analisar os processos avaliativos para a aprendizagem a distância no contexto da EPT, a partir do conhecimento de ferramentas e estratégias digitais voltadas às avaliações formativas.

Ementa: Ambientes virtuais de aprendizagem na EaD. O AVA Moodle: aspectos gerais sobre sua interface e funcionalidades. Principais recursos no Moodle: arquivo, livro, página, pasta, rótulo, URL. Principais atividades no Moodle: fórum, glossário, wiki, tarefa, escolha. Avaliação para a aprendizagem a distância nos cursos de formação profissional. Avaliação formativa na EaD: possibilidades e desafios. Ferramentas digitais que personalizam o processo avaliativo e possibilitam avaliações integradas nos cursos técnicos a distância. Recursos e ferramentas do Moodle que favorecem a avaliação formativa como barra de progresso, conclusão de atividade, relatórios de participação, gráficos de análise, módulo dropout detective, laboratório de avaliação. Banco de questões no Moodle. Livro de Notas no Moodle.

Metodologia e Recursos Utilizados: A metodologia será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), contemplando múltiplas abordagens com momentos síncronos e assíncronos. Os recursos utilizados incluem videoaulas, livros digitais, materiais de estudo interativos e atividades práticas, individuais e colaborativas. Será incentivada a participação em fóruns de discussão e grupos de estudo, com vistas a estimular a construção coletiva de conhecimento e a socialização entre os cursistas. Os principais interlocutores do processo formativo serão os tutores da disciplina. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.

Avaliação da Aprendizagem: A avaliação será realizada de forma processual com caráter diagnóstico e formativo. Serão considerados aspectos qualitativos e quantitativos, presentes tanto no domínio cognitivo quanto no desenvolvimento de hábitos, atitudes e valores. As atividades avaliativas (síncronas e assíncronas) propostas terão prazos definidos para entrega e o acompanhamento dos estudantes, para fins de verificação do desempenho acadêmico, será realizado pelos tutores. As correções das atividades propostas serão realizadas em consonância com os critérios de avaliação elencados pelo professor formador, estarão coerentes com a abordagem apresentada na disciplina e serão publicizados aos alunos antecipadamente no AVA. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os discentes avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos).

Referências básicas

BOCAL, Vanessa Nogueira. BARDY, Livia Raposo. A importância da avaliação formativa na Educação a Distância. In.: PAULA, Enio Freire de; SANTOS, Danielle Aparecida do Nascimento dos; BEZERRA, Janaína Pereira Duarte.

Educação: interlocuções, diálogos e reflexões na contemporaneidade. São Paulo: Pimenta Cultural, 2019. 362p. Disponível em: https://www.academia.edu/43647986/Educa%C3%A7%C3%A3o_interlocu%C3%A7%C3%B5es_di%C3%A1logos_e_reflex%C3%B5es_na_contemporaneidade. Acesso em: 06 jul. 2024.

BRITO, Maria de Fátima dos Santos; QUEIROZ NETO, José Pinheiro. **Guia AVA:** guia de utilização do Moodle para uma formação humana integral. Manaus, 2019. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/569187>. Acesso em: 24 abr. 2024.

MARTIGNONI, Nicolas. **Guia de ferramentas Moodle para professores e educadores.** Traduzido por Gilvan Marques. Disponível em: <https://moodletoolguide.net/pt-br/>. Acesso em: 24 abr. 2024.

OTSUKA, Joice Lee; ROCHA, Heloísa Vieira da. Avaliação Formativa em Ambientes de EaD. In: **XIII Simpósio Brasileiro de Informática na Educação (SBIE 2002)**. São Leopoldo, 12-14 de novembro de 2002. Disponível em: https://www.nied.unicamp.br/teleduc/wp-content/uploads/sites/2/2019/02/17_jh_sbie2002.pdf. Acesso em: 24 jan. 2020.

PIMENTA, Elkelane da Silva Paiva; LOPES, Julita Batista da Cruz; ANDERSON, Cynthia da Silva. Ambientes virtuais de aprendizagem: aspectos relevantes para favorecer um espaço interativo. **Caminhos da Educação Matemática em Revista**, v. 11, n. 3, 2021. Disponível em:

https://periodicos.ifs.edu.br/periodicos/caminhos_da_educacao_matematica/article/view/893. Acesso em: 23 abr. 2024.

SANTOS, Thalita Alves. BARDY, Livia Raposo. O feedback como elemento do processo de aprendizagem em cursos na modalidade a distância. In.: PAULA, Enio Freire de; SANTOS, Danielle Aparecida do Nascimento dos; BEZERRA, Janaína Pereira Duarte. **Educação:** interlocuções, diálogos e reflexões na contemporaneidade. São Paulo: Pimenta Cultural, 2019. 362p. Disponível em: https://www.academia.edu/43647986/Educa%C3%A7%C3%A3o_interlocu%C3%A7%C3%B5es_di%C3%A1logos_e_reflex%C3%B5es_na_contemporaneidade. Acesso em: 06 jul. 2024.

Referências complementares

CONSTANTINO, Noel Alves. **O portfólio na sala de aula presencial e virtual.** Natal: IFRN Editora, 2008. Disponível em: <https://proedu.rnp.br/handle/123456789/1919>. Acesso em: 06 jul. 2024.

LEAL, Maria Giselle Pereira; BORGES NETO, Herminio; RODRIGUES, Maria Euzene. Ambientes virtuais de aprendizagem: EaD e sua história. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 8, n. 10, p. 66609-66617, out. 2022. Disponível em:

<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/52984/39461>. Acesso em: 23 abr. 2024.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. Avaliação para aprendizagem na formação de professores. **Cadernos de Educação**, Brasília, n. 26, p. 57-77, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2014/06/avalia%C3%A7%C3%A3o-para-aprendizagem-na-forma%C3%A7%C3%A3o-de-professores.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2024.

Produtos Educacionais

BRASIL. Instituto Federal de Brasília. **Trilha de formação em EaD: Como avaliar a aprendizagem na EaD?** Brasília, 2020. Disponível em: <https://padlet.com/IFBDEAD/trilho-4-como-avaliar-a-aprendizagem-na-e-ad-2r5kd7ems20i2msw>. Acesso em: 30 jan. 2024.

Unidade Temática: Mediação pedagógica em EaD

Carga Horária: 30h

Objetivo: Analisar criticamente a importância da mediação pedagógica, do dialogismo, da interação, da interatividade e da formação docente para processos de ensino-aprendizagem significativos, articulando conceitos à prática da EaD na EPT.

Ementa: Abordagem crítica da relação entre as tecnologias digitais e os processos de ensino-aprendizagem no contexto da EPT. A docência em ambientes virtuais de aprendizagem. O processo de formação docente para a mediação do conhecimento com o uso de tecnologias digitais. Planejamento da mediação pedagógica. Recursos de interação e interatividade. Dialogismo e responsividade na Educação a Distância. Desenvolvimento de atividades práticas de mediação articuladas aos saberes técnicos próprios da Educação Profissional e Tecnológica.

Metodologia e Recursos Utilizados: A metodologia será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), contemplando múltiplas abordagens com momentos síncronos e assíncronos. Os recursos utilizados incluem videoaulas, livros digitais, materiais de estudo interativos e atividades práticas, individuais e colaborativas. Será incentivada a participação em fóruns de discussão e grupos de estudo, com vistas a estimular a construção coletiva de conhecimento e a socialização entre os cursistas. Os principais interlocutores do processo formativo serão os tutores da disciplina. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.

Avaliação da Aprendizagem: A avaliação será realizada de forma processual com caráter diagnóstico e formativo. Serão considerados aspectos qualitativos e quantitativos, presentes tanto no domínio cognitivo quanto no desenvolvimento de hábitos, atitudes e valores. As atividades avaliativas (síncronas e assíncronas) propostas terão prazos definidos para entrega e o acompanhamento dos estudantes, para fins de verificação do desempenho acadêmico, será realizado pelos tutores. As correções das atividades propostas serão realizadas em consonância com os critérios de avaliação elencados pelo professor formador, estarão coerentes com a abordagem apresentada na disciplina e serão publicizados aos alunos antecipadamente no AVA. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os discentes avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos).

Referências Básicas

ALMEIDA, Rosângela Nunes; SANTOS, Elzimar Palhano dos; LAMARCA, Isabel Cristina Silva Arruda. Mediação pedagógica na educação a distância: um relato de experiência. **TICs & EaD em Foco**. São Luís, v. 5, n. 1, jan./jun, 2019. Disponível em:

<https://www.uemanet.uema.br/revista/index.php/ticseadfoco/article/download/419/308/912>. Acesso em: 30 jan. 2024.

ALVES, Lynn; MOREIRA, José Antônio (org.). **Tecnologias & Aprendizagens:** delineando novos espaços de interação. Salvador: Edufba, 2017. 253 p. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/322075639_Tecnologias_Aprendizagens_Delineando_Novos_Espacos_de_Interacao#full-text. Acesso em: 21 jan. 2024.

ASSIS, Mário dos Santos; VIEIRA-SANTOS, Joene. Conhecimento tecnológico e pedagógico do conteúdo (tpack) na construção do saber docente virtual: uma revisão sistemática. **Acta Scientiarum: Education**, v. 43, n. 1, p. e51998, 14 set. 2021. Disponível em:

<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/51998/751375152708>. Acesso em: 25 abr. 2024.

CESÁRIO, Priscila Menarin; MILL, Daniel. Aprendizagem da docência: da formação aos saberes necessários à docência na modalidade virtual. **Em Rede – Revista de Educação a Distância**, v. 3, n. 2, 2016. Disponível em: <https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/124/139>. Acesso em: 25 abr. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2019. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Pedagogia-da-Autonomia-Paulo-Freire.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2024.

MILL, Daniel; SILVA, Claeton Pedro Ribeiro da Silva. Aprendizagem da docência para educação a distância: uma breve revisão de literatura sobre docência

virtual. **Em Rede – Revista de Educação a Distância**, v. 5, n. 3, 2018. Disponível em: <https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/377/401>. Acesso em: 25 abr. 2024.

NAKASHIMA, Rosária Helena Ruiz; PICONIZ, Stela Conceição Bertholo. Technological Pedagogical Content Knowledge (TPACK): modelo explicativo da ação docente. **Reveduc – Revista Eletrônica de Educação**, v. 10, n. 3, 2016. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1605/524>. Acesso em: 25 abr. 2024.

SILVA, Marco. Formação de professores para docência na sala de aula híbrida. **Revista de Educação Pública**, v. 31, Campo Grande, jan/dez. 2022. Disponível em <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/13472>. Acesso em: 23 jan. 2024.

ZANOLLA, Silvia Rosa da Silva. O conceito de mediação em Vigotski e Adorno. **Psicol. Soc.** v.24 n.1, Belo Horizonte, Jan./Apr. 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822012000100002>. Acesso em: 22 jan. 2024.

Referências complementares

ALVES, Rosiane Maria; SILVA, Ivanda Maria. Mediação pedagógica na educação a distância: análise de práticas dialógicas em fóruns de discussão. In: CIET ENPED, 5., 2020, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Ciet:Enped, 2020. p. 1-12. Disponível em: <https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2020/article/download/1749/1385/>. Acesso em: 22 jan. 2024.

CIBOTTO, Rosefran Adriano Gonçalves; OLIVEIRA, Rosa Maria Moraes Anunciato. TPACK – Conhecimento Tecnológico e Pedagógico do Conteúdo: uma revisão teórica. **Imagens da Educação**, v. 7, n. 2, p. 11-23, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ImagensEduc/article/view/34615/pdf>. Acesso em: 25 abr. 2024.

JORGE, Wellington Junior (org.). **Educação a distância: fundamentos, práticas e metodologias**. Maringá, PR: Uniedsul, 2021. Disponível em: <https://www.uniedusul.com.br/publicacao/educacao-a-distancia-fundamentos-praticas-e-metodologias/>. Acesso em: 25 abr. 2024.

MENEZES, Ebenezer Takuno. Verbete mediação pedagógica. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira – EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em: <https://educabrasil.com.br/mediacao-pedagogica/>. Acesso em: 30 jan. 2024.

NEGRÃO, Manoel Maria Silva; NEUENFELDT, Derli Juliano. Mediação Pedagógica em Aulas Online no 1º Ano do Ensino Fundamental. **EaD em Foco**, v. 12 n. 3. 2022. Dossiê Especial – Pesquisa formação na Ciberultura: Experiências da Pandemia. Disponível em:

<https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/1895>.

Acesso em: 30 jan. 2024.

RAMOS, Samantha; MOREIRA, José Antônio. Formação de professores na era digital: práticas pedagógicas com tecnologias digitais na educação superior. In.: SALES, Kathia Marise Borges.; CRAVO, Regiani Coser; COSTA, José Eugênio Teixeira de Freitas da. **Difusão do Conhecimento, Educação, Tecnologias e Modelagens Sociais (DCETM)**. Santo André: V&V Editora, 2023. p. 79–104. Disponível em: <https://ebook.vveditora.com/dcetm-v1>. Acesso em: 22 jan. 2024.

Produto educacional

BALDISSERA, Lucilene Fátima; MACHADO, Mércia Freire Rocha Cordeiro. **Mediações pedagógicas ativas no contexto da educação profissional e tecnológica a distância**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2020, 128 p. Disponível em:

https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/571480/2/Apostila_Curso%20de%20forma%C3%A7%C3%A3o_Lucilene.pdf. Acesso em: 30 jan. 2024.

Unidade Temática: Avaliação e melhoria contínua em EaD

Carga Horária: 30h

Objetivo: Analisar e interpretar dados de desempenho específicos para a EaD, destacando a relevância das práticas de avaliação institucional para tomada de decisão e implementação de estratégias comprometidas com a oferta da modalidade de EaD voltada à transformação social.

Ementa: Abordagem crítica na análise e interpretação de dados de desempenho específicos para a EaD no contexto da EPT. Práticas de avaliação institucional, com destaque para identificação das necessidades de melhorias e implementação de estratégias para tomada de decisão. Integração de práticas inovadoras na gestão da EaD articuladas às demandas de formação profissional, considerando o trabalho como princípio educativo, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e o acesso, permanência e êxito em cursos de EPT na modalidade a distância.

Metodologia e Recursos Utilizados: A metodologia será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), contemplando múltiplas abordagens com momentos síncronos e assíncronos. Os recursos utilizados incluem videoaulas, livros digitais, materiais de estudo interativos e atividades práticas, individuais e colaborativas. Será incentivada a participação em fóruns de discussão e grupos de estudo, com vistas a estimular a construção coletiva de conhecimento e a socialização entre os cursistas. Os principais interlocutores do processo formativo serão os tutores da disciplina. O atendimento ao aluno será por meio

do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.

Avaliação da Aprendizagem: A avaliação será realizada de forma processual com caráter diagnóstico e formativo. Serão considerados aspectos qualitativos e quantitativos, presentes tanto no domínio cognitivo quanto no desenvolvimento de hábitos, atitudes e valores. As atividades avaliativas (síncronas e assíncronas) propostas terão prazos definidos para entrega e o acompanhamento dos estudantes, para fins de verificação do desempenho acadêmico, será realizado pelos tutores. As correções das atividades propostas serão realizadas em consonância com os critérios de avaliação elencados pelo professor formador, estarão coerentes com a abordagem apresentada na disciplina e serão publicizados aos alunos antecipadamente no AVA. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os discentes avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos).

Referências Básicas

BATTESTIN, Vanessa; ZAMBERLAN, Miguel Fabrício. **Diretrizes para educação a distância da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica:** módulo estrutural. Vitória, ES: Edifes, 2019. Disponível em:

<https://proedu.rnp.br/handle/123456789/1654>. Acesso em: 06 jul. 2024.

CAMPOS, Adriana Maria de Almeida Maia; CARNEIRO, Tereza Kelly Gomes. Possibilidades de articulação entre as bases conceituais da EPT e o PDI nos Institutos Federais. **Cadernos de Educação Básica**, v. 5, n. 3, 2020. Disponível em:

<https://pdfs.semanticscholar.org/42e8/a4a27fbb56f85c5c962bcd3fe92521675e6e.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2024.

COSTA, Renata Luiza da; SANTOS, Júlio César dos. A evasão em cursos técnicos a distância. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 66, p. 241–256, out./dez. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/50700>. Acesso em: 25 abr. 2024.

FREIRE, Flávia Magalhães; LIMA, Daniela da Costa Britto Pereira; BORGES, Leila Cristina. Avaliação institucional na Educação Superior brasileira: uma análise dos instrumentos para oferta de cursos a distância. **Revista de Educação PUC-Campinas**, [S. l.], v. 26, p. 1–17, 2021. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reeducacao/article/view/5064>.

Acesso em: 24 abr. 2024.

LIMA, Daniela da Costa Britto Pereira; ALONSO, Kátia Morosov. Qualidade e educação a distância: do referencial teórico à sua proposição. **EccoS – Revista Científica**, São Paulo, n. 51, e15250, out./dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/EccoS.n51.15250>. Acesso em: 24 abr. 2024.

MACHADO, Marcela Rosa de Lima. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na educação a distância. Desafios e experiências. In: CORRADI, Wgner; CUNHA, Evandro José Lemos da; BOAVENTURA JÚNIOR, Márcio; ALMEIDA, Ana Carolina Correia; PASCHOALINO, Jussara Bueno de Queiroz

(orgs.). **Extensão universitária na EaD**. Desafios e experiências da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019. Disponível em:

https://www.ufmg.br/ead/wp-content/uploads/Extens%C3%A3oEaD_comcapa.pdf. Acesso em: 24 abr. 2024.

MAIESKI, Alessandra; CASAGRANDE, Ana Lara; ALONSO, Kátia Morosov. Qualidade e Educação a Distância: reflexões e entendimentos. **Revista UFG**, v. 20, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/66359>. Acesso em: 30 de jan. 2024.

PASSOS, Marize Lyra Silva; BARBOSA, Mariana Biancucci Apolinário; LACERDA, Luciane Ferreira. Evasão em cursos técnicos a distância: uma investigação no Programa Profuncionário. **Revista EDaPECI**, São Cristóvão, v. 20, n. 1, p. 55-65, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/edapeci/article/view/11339/10597>. Acesso em: 25 abr. 2024.

Referências complementares

CARVALHO, Alexey; ROSINI, Alessandro Marco. Caminho da Educação a Distância no Brasil: questão social, qualidade e expansão. **REPAE-Revista de Ensino e Pesquisa em Administração e Engenharia**, v. 6, n. 1, p. 104-113, 2020. Disponível em:

<https://www.repae-online.com.br/index.php/REPAE/article/view/219>.

Acesso em: 30 jan. 2024.

CORNÉLIO, Ricardo Antônio; VASCONCELOS, Fernanda Carla Wasner. Evasão e permanência estudantil na educação a distância. **Opción**, v. 31, n. 1, p. 204-222, 2015. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=31043005012>. Acesso em: 25 abr. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores. In: COSTA, Hélio da; CONCEIÇÃO, Martinho da (Org.). **Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional e profissional**. São Paulo: CUT, 2005. p. 19-62. Disponível em:

<https://cedoc.cut.org.br/cedoc/livros-e-folhetos/1132>. Acesso em 06 jul. 2024.

MARTINELLI, Juliana; BENDER FILHO, Reisoli; VIEIRA, Kelmara Mendes. Evasão na Universidade Aberta do Brasil: o caso da Universidade Federal de Santa Maria. **EaD em Foco**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. e2014, 2023. Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/2014>.

Acesso em: 25 abr. 2024

PACHECO, Eliezer (Org.). **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Brasília: Fundação Santillana, 2011; São Paulo: Moderna, 2011. Disponível em:

https://www.fundacaosantillana.org.br/wp-content/uploads/2019/12/67_Institutosfederais.pdf. Acesso em 06 jul. 2024.

PASCHOALINO, Jussara Bueno de Queiroz; MACHADO, Marcela Rosa de Lima; BOAVENTURA JÚNIOR, Márcio; FILDALGO, Fernando Selmar Rocha. Extensão universitária na EaD: equidade na construção de saberes transdisciplinares. **Debates em Educação**, Maceió, v. 11, n. 24, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/7040/pdf>. Acesso em: 25 abr. 2024.

PEDROSA, Fernanda Gomes. **Política de educação profissional e tecnológica: análise da modalidade Pronatec Brasil Maior na perspectiva de seus implementadores**. 148f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento, área de concentração em Economia, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2016. Disponível em: <https://repositorio.mcti.gov.br/handle/mctic/3836>. Acesso em: 30 jan. 2024.

PIMENTEL, Fernando Silvio Cavalcante; MERCADO, Luís Paulo Leopoldo; FREITAS, Maria Auxiliadora Silva; OLIVEIRA, Carmen Lúcia de Araújo Paiva. Ações de extensão na educação a distância: a experiência de implementação numa universidade pública. **Em Rede – Revista de Educação a Distância**, v. 5, n. 3, 2018. Disponível em: <https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/329/406>. Acesso em: 25 abr. 2024.

Unidade Temática: Sistemas e Gestão da EaD

Carga Horária: 30h

Objetivo: Compreender a EaD a partir de uma abordagem sistêmica, tendo em vista sua incorporação na estrutura organizacional das instituições que ofertam EPT. Identificar e analisar as diferentes dimensões que constituem a gestão de sistemas de EaD. Problematicar e refletir sobre a implementação de sistemas de EaD articulados à EPT.

Ementa: Níveis de organização da EaD. A perspectiva sistêmica de EaD. As dimensões da gestão de sistemas de EaD, tendo em vista as especificidades da modalidade. A institucionalização da EaD na EPT visando promover uma formação integral, emancipatória e potencialmente transformadora da realidade.

Metodologia e Recursos Utilizados: A metodologia será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), contemplando múltiplas abordagens com momentos síncronos e assíncronos. Os recursos utilizados incluem videoaulas, livros digitais, materiais de estudo interativos e atividades práticas, individuais e colaborativas. Será incentivada a participação em fóruns de discussão e grupos de estudo, com vistas a estimular a construção coletiva de conhecimento e a

socialização entre os cursistas. Os principais interlocutores do processo formativo serão os tutores da disciplina. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.

Avaliação da Aprendizagem: A avaliação será realizada de forma processual com caráter diagnóstico e formativo. Serão considerados aspectos qualitativos e quantitativos, presentes tanto no domínio cognitivo quanto no desenvolvimento de hábitos, atitudes e valores. As atividades avaliativas (síncronas e assíncronas) propostas terão prazos definidos para entrega e o acompanhamento dos estudantes, para fins de verificação do desempenho acadêmico, será realizado pelos tutores. As correções das atividades propostas serão realizadas em consonância com os critérios de avaliação elencados pelo professor formador, estarão coerentes com a abordagem apresentada na disciplina e serão publicizados aos alunos antecipadamente no AVA. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os discentes avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos).

Referências básicas

BARBOSA, Telma Regina da Costa Guimarães; CARVALHO, Maria de Lourdes. **Planejamento e desenvolvimento de cursos em EaD**. Viçosa, MG: Ed. UFV. Disponível em:

<https://serieconhecimento.cead.ufv.br/edicoes/planejamento-de-desenvolvimento-de-cursos-em-ead/>. Acesso em: 24 abr. 2024.

BATTESTIN, Vanessa; CRUZ, Constantino Dias da; LA GATTA, Filipe Andrade; SILVA, Claudete de Jesus Ferreira. **Diretrizes para educação a distância da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**: módulo ações 2021 e 2022. Vitória, ES: Edifes Parceria, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ifes.edu.br/handle/123456789/3719>. Acesso em: 24 abr. 2024.

CRUZ NETO, Constantino Dias da; BATTESTIN, Vanessa; ZAMBERLAN, Miguel Fabrício; DAMASCENO, Márcio Daniel Santos; LA GATTA, Filipe Andrade. Retrato da institucionalização da EaD na Rede Federal de Educação profissional tecnológica – 2021. **Dialogia**, n. 44, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/24000/10157>. Acesso em: 24 abr. 2024.

MILL, Daniel. Gestão de sistemas de educação a distância: apontamentos e caracterização. **Video Journal of Social and Human Research**. 2022. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/12108>. Acesso em: 24 abr. 2024.

SOARES, Alexandre Gomes. Desafios da gestão em educação a distância: uma análise a partir da visão do gestor. **Texto Livre: Linguagem e Tecnologia**, v. 10, n. 2, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/textolivres/article/view/16764/13521>. Acesso em: 24 abr. 2024.

Referências complementares

FERREIRA, Marcello; COSTA, Marcos Rogério Martins; MILL, Daniel. Reflexões necessárias e urgentes acerca da gestão da EAD no Brasil. **Plurais-Revista Multidisciplinar**, v. 6, n. 3, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/plurais/article/view/13242>. Acesso em: 30 jan. 2024.

HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmento; CAVALCANTE, Ilane Ferreira; SANTOS, Simone; LIMA, Artemilson; DIAS, Thiago Ferreira; OLIVEIRA, Wagner de. **Gestão em Educação a Distância**. IFRN, 2012. Disponível em: <http://proedu.rnp.br/handle/123456789/1309>. Acesso em: 24 abr. 2024.

KASSICK, Clovis Nicanor; DUTRA, Paulo Ricardo Santos; BENTO, José Severino (orgs.). **O processo de gestão institucional na Rede e-Tec Brasil**. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2015. Disponível em: http://www.etec.ufsc.br/file.php/1/etec/assets/1_gpgi.pdf. Acesso em: 06 jul. 2024.

LIMA, Daniela da Costa Britto Pereira; CRUZ, Joseany Rodrigues. Institucionalização da educação a distância no Brasil: da conceptualização ao seu desenvolvimento. **Video Journal of Social and Human Research**, 2022. Disponível em: <https://vjshr.uabpt.uema.br/index.php/ojs/article/view/10/14>. Acesso em: 24 abr. 2024.

SILVA, Júlia Marques Carvalho da; ACCORSI, Maria Isabel. Institucionalização da educação a distância em um Instituto Federal. **Em Rede – Revista de Educação a Distância**, v. 5, n. 1, 2018. Disponível em: <https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/306>. Acesso em: 24 abr. 2024.

8 TRABALHO FINAL DE CURSO

O Trabalho Final de Curso (TFC) tem carga horária de 60h, dividida em três momentos (conforme exposto adiante), com a seguinte ementa:

Com base nas indicações do Plano de Formação elaborado no primeiro momento do curso (TFC I), espera-se que, ao final do curso (TFC III), o cursista apresente o seu Relatório de Formação, fruto de um processo iniciado no começo do curso a partir de uma questão problematizadora da educação a distância na educação profissional e tecnológica. Ao final do TFC III, o discente deverá concluir o seu TFC, entendido neste curso como Relatório de Formação.

Para a realização do Trabalho Final de Curso (TFC), tomam-se como premissas a mudança social como objetivo fundamental da educação e a não

equivalência da formação do educador a “fornecer-lhe um conjunto de indicações práticas, mas armá-lo de modo que ele próprio seja capaz de criar um bom método, baseando-se numa teoria sólida de pedagogia social; o objetivo é empurrá-lo no caminho desta criação” (Pistrak, 2000, p. 25).

Para estimular essa autonomia, tornam-se necessárias estratégias didáticas capazes de promover a auto-organização dos profissionais que irão atuar na EPT frente aos problemas da realidade, desenvolvendo a sua criatividade e as suas capacidades de trabalhar organizadamente as suas tarefas, seja na docência, na gestão ou no apoio e acompanhamento pedagógico.

Por isso, definiu-se o Trabalho Final de Curso (TFC) com o formato de Relatório de Formação a ser construído ao longo do curso, individualmente, resultante de um Plano de Formação proposto pelo discente, em diálogo com o seu professor formador e tutor, nas Unidades Temáticas (TFC I, TFC II e TFC III), que articule o seu percurso formativo a uma situação real e socialmente relevante da EPT.

Importante destacar que, como Unidade Temática, o TFC será elaborado, nos três momentos distintos (TFC I, TFC II e TFC III), no formato das demais Unidades Temáticas, ou seja, com a mediação pedagógica do professor formador e da tutoria.

No entanto, no início do Módulo III, etapa de finalização do curso, os cursistas terão à sua disposição o acompanhamento individualizado de um orientador de TFC, considerando os termos da legislação em vigor. Essa designação será feita adicionalmente à referente ao provimento, para cada turma, de um professor formador e de tutores para o trabalho de apoio à elaboração do Relatório de Formação (TFC) pelo cursista.

O TFC, depois de finalizado, será examinado por dois avaliadores, que deverão atribuir uma nota ou conceito, conforme o previsto no regimento da instituição ofertante.

8.1 Sobre o Plano de Formação e o Relatório de Formação

Um plano reflete uma atitude prévia de planejamento para onde se quer ir e nele se define uma direção que se quer tomar. Nesse caso, pretende-se que o discente deste curso, ainda durante o período de execução do núcleo comum e com o apoio de um professor formador e da tutoria, defina um fio condutor para a sua formação. Nesse sentido, na primeira etapa do ato de planejar, à qual foram atribuídas **15h** de trabalho acadêmico, caberá ao discente identificar qual é esse elemento central para a sua formação sobre o qual deseja aprofundar ou fazer descobertas e, com o auxílio do seu professor formador e da tutoria, traçar um programa com objetivos e estratégias.

O desenvolvimento de um Plano de Formação, além de promover a capacidade reflexiva e a auto-organização profissional do discente, possibilita o enfrentamento teórico-prático de questões que requerem melhor compreensão, considerando a temática de seu curso de especialização, neste caso, a educação a distância na EPT.

Por meio do Plano de Formação, propõe-se que os estudantes articulem, de forma congruente, as diferentes unidades temáticas cursadas em torno de uma situação real na educação a distância na educação profissional e tecnológica e que exercitem a atitude de estudar as relações existentes entre os vários aspectos que condicionam o problema levantado, cultivando, assim, o exercício da interpretação dialética da realidade.

Esse Plano de Formação visa a integrar os saberes teóricos e práticos, articulados em torno de um objetivo individual-coletivo de formação. O Plano de Formação pode ser definido como um roteiro, um eixo norteador, cujo objetivo é articular os conteúdos das atividades executadas no processo de formação com intervenções na prática profissional. Ele serve como um guia, sendo flexível e adaptável, permitindo ajustes conforme as necessidades dos estudantes e as demandas do contexto educacional específico.

Esse Plano deve permitir aos discentes elaborar reflexões sobre a educação a distância na educação profissional e tecnológica a partir do estabelecimento da

interlocução com as teorias discutidas no processo de formação e/ou indicadas pelo professor formador e pelo tutor da Unidade Temática (TFC I). Assim, espera-se que os discentes exercitem as suas capacidades de problematização, análise, síntese e proposição.

O Plano de Formação deverá ser desenvolvido levando em conta a necessidade de proporcionar uma formação que articule o conhecimento acadêmico com a experiência prática, preparando os discentes para atuarem profissionalmente de forma mais eficaz.

Deve-se evitar, contudo, a percepção do Plano de Formação como ferramenta de instrumentalização dos conteúdos trabalhados na formação, o que limitaria o seu potencial de gerar reflexões relevantes.

Propõe-se como fio condutor deste Plano uma questão que pode ser definida a partir da seguinte indagação: *qual aspecto da realidade da educação a distância na EPT eu pretendo enfrentar durante a minha formação e na minha prática como profissional da Educação Profissional e Tecnológica?*

Indica-se que o critério para a seleção dos temas deva ser a sua relevância social, isto é, que sejam temas socialmente significativos e que favoreçam uma abordagem teórico-prática nessa modalidade educacional.

Recomenda-se, ainda, que a questão orientadora do Plano de Formação esteja vinculada, preferencialmente, às atividades profissionais do discente, de modo a permitir ações de reflexão sobre o real vivido como educador e, possivelmente, experimentações de possíveis soluções e/ou indicações de possibilidades de enfrentamento daquela realidade.

A questão orientadora do Plano de Formação deve apresentar algumas características assim resumidas: trata-se de uma questão (social e cientificamente relevante) que necessita ser investigada e que possa ser respondida tendo em vista a experiência do discente, as condições para a construção da resposta e o tempo disponível.

8.2 Orientações Procedimentais

O tempo dedicado à construção do TFC corresponderá a todo o percurso formativo do discente, com três momentos especiais e com finalidades específicas:

Primeiro Momento (TFC I - 15h): após a realização das unidades temáticas do núcleo comum do curso, durante o qual se deve problematizar a EPT brasileira, em seus aspectos epistêmicos, políticos, históricos, pedagógicos e didáticos, propõe-se a elaboração do **Plano de Formação**, a partir da **definição de um tema social e cientificamente relevante e de interesse do discente**. Esse Plano de Formação será composto pelas seguintes seções:

- a. Identificação do discente.
- b. Breve descrição do tema a ser tratado.
- c. Descrição dos diferentes aspectos que podem ser investigados, de maneira a atribuir uma estrutura que oriente as observações e a tradução do conteúdo do tema em um questionamento instigante, socialmente relevante e cientificamente produtivo.
- d. Elaboração de questões problematizadoras que deverão ser respondidas e/ou pesquisadas durante o período em que os formandos irão permanecer em sua instituição de atuação ou durante o período de realização deste curso. Sugere-se a definição de uma “questão central e orientadora do percurso” e outras questões que permitam responder a diferentes aspectos dessa questão maior. O processo de ensino investigativo que se propõe pela concretização desse trabalho tem um papel essencial, por meio do qual o estudante, através da mediação docente, aprofunda sua capacidade de sistematizar aspectos relacionados à sua vivência, articulando o seu percurso formativo a uma situação real e socialmente relevante, considerando os desafios e as perspectivas das relações entre EAD e EPT no contexto educacional e suas habilidades interacionais (Capaz, Gerke e Muskardi, 2022). Por isso,

todo o Plano de Formação, inclusive suas questões orientadoras, deve ter a flexibilidade necessária ao exercício de construção e de reconstrução das hipóteses levantadas, refutadas e/ou confirmadas durante o processo. Para a definição dessa questão, deve-se considerar a sua relevância social, o interesse do discente, a disponibilidade do orientador e as condições materiais/temporais disponíveis.

- e. Definição de objetivos.
- f. Estratégias, hipóteses e possibilidades de atuação a serem confrontadas com as teorias ou com a realidade estudada.

Segundo Momento (TFC II - 15h): após a conclusão das unidades temáticas do núcleo específico do curso, deve-se:

- a. Elaborar um breve inventário dos estudos já realizados sobre o tema, privilegiando os que se articulam diretamente ao problema construído.
- b. Revisar o Plano de Formação considerando o inventário construído e as sistematizações a serem realizadas.

Terceiro Momento (TFC III - 30h): concomitante às demais unidades temáticas do Módulo III, está prevista a orientação do Trabalho Final de Curso (Relatório de Formação). A estrutura deste relatório pode ser a seguinte:

- a. Título.
- b. Resumo.
- c. Sumário.
- d. Introdução.
- e. Desenvolvimento (explicitação da metodologia, das teorias levantadas e dos dados coletados e análise).
- f. Conclusão.
- g. Plano de Ação ou Indicações práticas.
- h. Referências em conformidade com as regras da ABNT vigentes.

Considerando o tempo disponível para a escrita do TFC, sugere-se um relatório contendo de 20 a 30 laudas de elementos textuais.

Em cada unidade temática, o discente deverá aprofundar as questões colocadas no seu Plano de Formação, a partir das discussões e das situações levantadas ou da observação de situações concretas, e exercitar a escrita. Recomenda-se que os trabalhos avaliativos da aprendizagem em cada unidade temática estejam articulados com a trajetória de produção do relatório de formação. Deve-se considerar que a solução de pequenos problemas favorece a auto-organização discente.

O registro de todo esse percurso será feito em um **Memorial**, espécie de “diário de bordo”, caracterizado como uma atividade de aprendizagem a ser elaborada na articulação com as Unidades Temáticas.

O Memorial é uma atividade em que o cursista registrará o seu percurso formativo, reflexões, problematizações, achados, experiências vivenciadas etc. Trata-se também de uma estratégia de comunicação necessária entre a tutoria e os cursistas. É um meio para o estudante expressar sua história durante o seu processo formativo. Nele o cursista deve resgatar a relação com aprendizagens anteriores, valores, cultura e, sobretudo, conduzir uma reflexão sobre os aprendizados nas Unidades Temáticas e suas experiências vivenciadas, especialmente, nas relações com a sua prática em sala de aula.

O Memorial deve ser uma importante referência e, portanto, deve estabelecer relações e interfaces com o Relatório de Formação, o TFC. Para a sua operacionalização, recomenda-se o uso de um caderno físico ou digital no qual o discente irá registrar as discussões, as teorias e as situações tratadas no curso que possam auxiliar no esclarecimento da questão levantada por ele. Deverá registrar, também, os experimentos e as atividades realizadas na sua instituição, se assim for o caso.

A ideia fundamental que deve orientar esse processo do Plano de Formação e a construção do Relatório é que o próprio discente desenvolva a sua

capacidade de enfrentar, teórica e praticamente, problemas pedagógicos que a realidade da EPT coloca, levantando hipóteses sobre eles, observando-os, fazendo uso dos conhecimentos já existentes sobre o assunto, experimentando soluções, comunicando e compartilhando os resultados desses enfrentamentos.

9 PROCEDIMENTOS PEDAGÓGICOS E METODOLOGIA

Os procedimentos pedagógicos a serem utilizados deverão ser coerentes com os princípios, os objetivos e as finalidades deste Curso de Pós-Graduação Especialização em Educação a Distância na Educação Profissional e Tecnológica, ou seja, com a perspectiva do desenvolvimento da consciência teórica das contradições sociais por ele emanadas e de como encará-las por meio de dispositivos práticos de propostas de intervenção educativa.

Em outros termos, tais expedientes deverão servir para incentivar os estudantes deste curso a realizar colaborações concretas de construção de conhecimentos socialmente significativos, aplicáveis a essa modalidade educacional, tornando-a, de forma crítica e profícua, incursa na práxis social.

Com base na pedagogia histórico-crítica de Saviani (2008), a proposta metodológica sinaliza que o desenvolvimento pedagógico dos conteúdos previstos nas unidades temáticas se desenvolva por meio de “tempos curriculares”, conforme orienta Ramos (2017):

[...] **tempos de problematização** (a prática social e produtiva ainda como síncrese); **tempos de instrumentalização** (o ensino de conteúdos necessários para compreender o processo problematizado); **tempos de experimentação** (o enfrentamento, pelo estudante, de questões práticas, mediante as quais ele se sente desafiado a valer-se do conhecimento apreendido e, então, a consolidá-los e/ou a identificar insuficiência e limites dos conhecimentos apreendidos); **tempos de orientação** (o acompanhamento, pelos professores, dos enfrentamentos dos estudantes, visando organizar aprendizados e/ou colocar novas questões); **tempos de sistematização** (síntese/revisão de questões, de conteúdos e de relações); e, **tempos de consolidação** (avaliações com finalidades formativas) (Ramos, 2017, p. 43, grifos nossos).

O ponto de chegada do desenvolvimento deste curso tem por alvo, portanto, a realidade concreta existente, mas agora num nível mais avançado de compreensão. O que se espera é que, por terem passado pelas problematizações e apropriações dos instrumentos conceituais e metodológicos de intervenção educativa, os estudantes deste curso possam chegar a um patamar superior de compreensão da educação a distância na EPT e sua relação com a prática social.

Como este curso foi concebido para ser oferecido na modalidade EaD, a atuação de professores, discentes e equipe de acompanhamento se reveste de características específicas, sobretudo quanto aos cuidados com as interações por meio das mensagens emitidas e recebidas, ao estímulo às problematizações e à participação ativa, à observância da ética emancipatória, ao emprego de materiais pedagógicos coerentes e aos processos avaliativos comprometidos com a aprendizagem.

Fóruns, chats e o Memorial, entendidos como espaços dialógicos, foram concebidos para oportunizar as interações entre professores formadores, tutores, estudantes e equipe de acompanhamento, de forma a garantir a participação de todos, a exposição e o esclarecimento de dúvidas, a complementação de aspectos de conteúdo, o incentivo às discussões, as orientações necessárias para o bom andamento do curso e os registros de experiências. Especialmente, o Memorial deve iniciar a partir da primeira unidade temática do núcleo comum e ser transversal a todo o curso, para que, dessa forma, possa se constituir em um espaço de diálogo para a construção do Plano de Formação e do Relatório de Formação.

As unidades temáticas serão desenvolvidas de forma assíncrona, mas a cada início de unidade uma atividade síncrona será desenvolvida visando à introdução do tema e das questões que ela traz, estimulando a problematização e as convergências de interesses do docente e dos discentes acerca daquele tema.

As unidades temáticas possuem caráter teórico-prático, de forma a contemplar questões da atividade do educador da EPT.

9.1 Orientações Práticas aos Docentes

A cada unidade temática, o docente a apresenta e, no seu final, propõe uma síntese como fechamento, buscando explorar possibilidades de questões teóricas e práticas para serem aprofundadas pelos discentes, considerando os seus Planos de Formação.

Sugere-se ampla utilização das indicações de bibliografia básica e complementar, a ser aprofundada pelos discentes em função de seus interesses. Preferencialmente, todas deverão ser disponibilizadas na biblioteca virtual.

Deve-se manter a atenção à diversidade e à heterogeneidade dos discentes, o que requer a seleção de materiais orientados à inclusão educacional, como uma das formas de se garantir a participação de todos os discentes independentemente de suas características físicas, étnicas e culturais.

Considerando essa heterogeneidade, em particular no que se refere aos sujeitos de diferentes culturas e saberes, coloca-se como necessária a valorização de procedimentos de ensino e de aprendizagem coletivos, que incentivem a comunicação entre colegas e que favoreçam as trocas e os diálogos de modo a tomar essas diferenças, que dão identidade aos sujeitos discentes, não só algo a ser valorizado como também uma oportunidade de crescimento compartilhado.

Considerando ainda a finalidade de promoção da autonomia e da capacidade crítica dos estudantes, recomenda-se a busca por estratégias problematizadoras da realidade e das teorias e ideias expostas, bem como a valorização da auto-organização discente em meio ao seu processo formativo.

O trabalho coletivo, a problematização e a auto-organização podem ser, portanto, as estratégias básicas do processo de ensino-aprendizagem, cujas características possibilitam promover as capacidades de compreensão da

realidade da educação a distância na EPT e inspirar novas práticas pedagógicas, mais dialógicas e efetivas.

9.2 Atendimento aos Estudantes e Orientação

No início do Módulo III, o coordenador do curso fará a designação de um orientador para cada discente, na proporção de cinco ou dez cursistas para cada docente orientador, ficando a critério de cada instituição essa definição a partir do parâmetro de cinco bolsas por cursista.

O orientador terá a tarefa de acompanhar o discente desde o início do Módulo III, incentivando-o à consolidação do seu Plano de Formação e ao desenvolvimento de suas atividades com vistas à elaboração do Relatório de Formação. Para isso, deverá indicar leituras, propor procedimentos de levantamento de materiais teóricos ou de dados empíricos, orientar quanto aos procedimentos de análise dos elementos levantados e revisar o texto do relatório de formação.

Importante registrar que as Unidades Temáticas que subsidiarão a elaboração do Plano de Formação (TFC I) e o Relatório de Formação (TFC II e TFC III) serão acompanhadas pelo professor formador e pelos tutores, seguindo a dinâmica das demais Unidades Temáticas.

No entanto, no início do Módulo III, de acordo com os termos apresentados anteriormente, além da Unidade Temática do TFC III, que terá um professor formador e os tutores, a Coordenação do Curso designará também os Orientadores de TFC.

9.3 Acompanhamento dos Docentes

A instituição ofertante deverá planejar a formação, a supervisão e a avaliação dos docentes, tutores e outros especialistas que venham a atuar na

formação, de modo a assegurar as condições materiais e subjetivas adequadas e a articulação entre os diferentes profissionais envolvidos.

9.4 Materiais Didáticos

Serão selecionados, produzidos e disponibilizados às Coordenações do Curso, aos professores/formadores, tutores, orientadores de TFC e estudantes materiais didáticos em conformidade com as especificidades da Educação Profissional e Tecnológica e de um curso no formato EaD. Esse acervo ficará acessível aos estudantes, e sua indicação e mediação de uso será feita pelos professores formadores e tutores, considerando as temáticas trabalhadas e as atividades propostas na oferta do curso.

Como parte dos materiais didáticos, serão elaborados recursos educacionais abertos (REAs) correspondentes às unidades temáticas do curso. Trata-se de materiais hipermidiáticos que trazem a síntese do diálogo e do trabalho de múltiplas especialidades envolvidas no seu processo coletivo de produção, fruto de uma relação orgânica entre pensar e fazer orientados às finalidades últimas da política de formação para EPT.

Esses materiais, criados especialmente para essa política de formação para subsidiar a sua implementação, estão sendo concebidos e desenvolvidos por uma equipe de docentes e de pesquisadores especialistas em EPT em parceria com a Setec/MEC e pela Equipe Multidisciplinar do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação e Tecnologia Ético-Crítica (Prosa) e do Laboratório de Novas Tecnologias (Lantec) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), os quais serão indexados em uma plataforma on-line, para uso de modo assíncrono, em coerência com o presente projeto pedagógico.

O propósito desses materiais didáticos é promover um processo formativo emancipatório, que possibilite a identificação de desafios práticos a serem problematizados, a sistematização de conceitos e de ideias que instrumentalizam releituras crítico-totalizadoras da realidade profissional

vivenciada e que inspire a autonomia coletiva para realização de práticas profissionais alinhadas aos princípios da Educação Profissional e Tecnológica.

9.5 Acompanhamento e Avaliação da Aprendizagem

A avaliação será processual e, para tanto, o docente utilizará instrumentos diversificados no decurso do ensino e da aprendizagem. Os instrumentos de avaliação deverão estar em consonância com as finalidades de contribuir com o Plano de Formação do discente e da produção do seu Relatório de Formação.

A avaliação contínua da aprendizagem deve ser realizada como mais uma forma de estimular os discentes a reconhecerem o que precisam fazer para alcançar os objetivos propostos no seu Plano de Formação. Para os professores formadores e tutores, resulta como meio para confirmar se os estudantes aprenderam e reajustar o processo de ensino-aprendizagem durante o curso.

Durante cada unidade temática, além do que está proposto no material didático disponibilizado, os professores formadores poderão propor exercícios, pesquisas bibliográficas, fichas de leitura, resenhas críticas, estudos de caso, dentre outros instrumentos que considerem necessários para a consecução dos objetivos de sua unidade temática.

A proposta de avaliação do ensino e da aprendizagem terá, portanto, caráter processual e de compromisso com a perspectiva emancipatória. Assim, os instrumentos a serem utilizados para tal finalidade em cada unidade temática deverão considerar, além do olhar do docente, a reflexão do próprio estudante sobre seu processo de aprendizagem.

As avaliações propostas pelos docentes deverão considerar e contribuir com as reflexões do estudante contidas no seu Plano de Formação e no Relatório de Formação, considerando, sempre, a relação teoria e prática. Para auxiliar nesse processo, um dos instrumentos de avaliação deverá ser o Memorial, no qual os discentes terão registrado seu percurso de estudos.

Coerentemente com o paradigma que orienta a concepção proposta para o curso, alguns dos critérios a serem considerados para a avaliação serão: a relação teoria e prática; a coerência teórica unitária e emancipatória; os avanços na capacidade de problematizar e de se posicionar com autonomia e crítica frente aos problemas identificados; a compreensão crítica da relação da EPT com o mundo do trabalho; as proposições de caráter democrático, participativo e inclusivo; a visão indissociada de ensino, pesquisa e extensão e as indicações para a implantação de políticas institucionais emancipatórias.

Orientados por tais critérios de avaliação, caberá aos docentes acompanhar a participação dos estudantes nas atividades propostas, verificando dificuldades e avanços tanto no processo de ensino quanto de aprendizagem, bem como os entraves institucionais postos no processo vivido.

Os estudantes deverão registrar suas vivências e observações em seu Memorial, referência importante para o seu Relatório de Formação, o TFC. Caberá ao professor fazer seus registros da avaliação nos instrumentos previstos pelo regimento da instituição ofertante.

Para a avaliação somativa referente a cada unidade temática, devem-se considerar os aspectos de assiduidade e aproveitamento, com prevalência dos aspectos qualitativos frente aos aspectos quantitativos.

9.6 Critérios para Avaliação da Aprendizagem e para Certificação

Serão considerados aprovados em cada componente curricular os discentes avaliados com média igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos).

Os critérios de aprovação incluem o desempenho satisfatório nas atividades avaliativas, cuja aprovação acontece pelo cumprimento de, no mínimo, 60 (sessenta) pontos, numa escala de zero a cem pontos.

Para fins de recuperação do resultado final das disciplinas, o aluno poderá ser submetido a um período de recuperação, definido pelo professor, com

acompanhamento do tutor, dentro da previsão de fechamento das pautas, conforme calendário acadêmico.

A recuperação de estudos compreenderá a realização de atividades ao final do período letivo. As atividades poderão conter estratégias alternativas que atendam necessidades específicas. Ao final do processo de recuperação, prevalecerá a maior nota entre a obtida na avaliação realizada antes da recuperação e a obtida na avaliação de recuperação.

Os alunos que não atingirem nota superior a 60 serão desligados do curso, conforme regulamento.

A frequência está baseada na realização das atividades constantes no Ambiente Virtual de Aprendizagem e das avaliações a distância. Sendo o acompanhamento dos acessos dos estudantes e registros das notas realizadas pelos tutores.

A avaliação deve permitir ao estudante sentir-se seguro quanto aos resultados que vai alcançar no processo de ensino-aprendizagem. A avaliação do estudante feita pelo professor tutor será somativa, considerando o processo de construção do conhecimento. Os métodos e instrumentos de avaliação se diferenciam conforme a natureza do componente curricular. As atividades avaliativas serão realizadas no ambiente virtual de aprendizagem Moodle ou em outras ferramentas digitais associadas a este.

A certificação do curso será concedida aos estudantes que obtiverem aprovação em todos os componentes curriculares previstos e realizarem a apresentação do Trabalho Final de Curso, atenderem todas as exigências do Regulamento do Curso e do Regulamento da Organização Didática dos Cursos de Pós-Graduação, de Formação Continuada e Stricto Sensu do Ifes.

A avaliação do curso ocorrerá, regularmente, por meio dos instrumentos da Comissão Própria de Avaliação do Ifes (CPA) e também promovida pela Coordenação do Curso por meio de questionário a ser aplicado aos estudantes ao final de cada componente curricular. Os professores terão acesso visando

contribuir na revisão de suas práticas e estrutura da unidade curricular nas próximas ofertas.

10 INFRAESTRUTURA

Para a oferta do curso, é importante a garantia de uma estrutura mínima que possibilite o suporte necessário ao percurso formativo do estudante. Por se tratar de um curso ofertado na modalidade a distância em parceria entre a RFEPCT e a Capes/UAB, tendo o Lantec-Prosa/UFSC como centro responsável pela produção de materiais didáticos digitais a serem utilizados no curso, a infraestrutura digital e física disponível deve ser a que se descreve a seguir.

10.1 Infraestrutura Digital

Sobre a infraestrutura digital, cada instituição gerencia o seu próprio Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), considerando as plataformas utilizadas localmente, tendo em vista que os conteúdos produzidos pelo Lantec-Prosa/UFSC podem ser migrados com facilidade para cada uma delas.

O Cefor fará a customização e o gerenciamento de seu próprio AVA, o Moodle <https://ava3.cefor.ifes.edu.br/>, e a migração dos materiais didáticos para esse ambiente, disponibilizando-os para os estudantes, seguindo orientações do Lantec-Prosa/UFSC, nos termos definidos pela parceria entre a IES e a Setec/MEC.

Para o gerenciamento e o acompanhamento do AVA, o Cefor constituirá equipe de suporte técnico e pedagógico, que tratará da customização da plataforma e da organização dos materiais digitais no AVA, prestando serviços referentes às questões acadêmicas e tecnológicas, conforme sugerido na seção Equipe Responsável deste PPC.

Sobre a infraestrutura digital, o Cefor gerencia o Ambiente Virtual de Aprendizagem – a Plataforma Digital Moodle (<https://ava3.cefor.ifes.edu.br/>). Para esse gerenciamento e acompanhamento, a unidade possui uma

Coordenação Geral de Tecnologias Educacionais (CGTE) e uma Coordenação Geral de Tecnologias da Informação (CGTI), que juntas elaboram, produzem e desenvolvem recursos e materiais digitais para os cursos ofertados na modalidade a distância, além de desenvolverem tecnologias assistivas e produzirem materiais digitais acessíveis.

Portanto, o Cefor ficará responsável pelo planejamento e a produção de materiais digitais para o curso, bem como será o responsável pela gestão pedagógica e acadêmica do mesmo.

10.2 Bibliotecas Virtuais

Os alunos terão acesso às bibliotecas virtuais do Ifes para acesso a material bibliográfico de qualidade em formato digital, compatível com as necessidades do curso. As informações sobre acesso estão disponíveis na página da Biblioteca do Cefor (<https://cefor.ifes.edu.br/index.php/component/content/article/2-uncategorised/17150-bibliotecas-virtuais>).

A biblioteca, acessada por meio do AVA Moodle, conta com um acervo virtual com o suporte de duas plataformas digitais que são a Biblioteca Virtual Pearson e a Minha Biblioteca, que permitem o acesso, 24 horas por dia e 7 dias por semana, de qualquer lugar com internet.

Ainda no que se refere a bibliotecas, é disponibilizado o serviço de acesso às normas da ABNT e Mercosul para toda a comunidade acadêmica, por meio da plataforma Target GEDWeb e, também, via Sistema Pergamum. Além dessas, os estudantes podem ter acesso a outras bibliotecas virtuais: Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); Biblioteca Domínio Público; Biblioteca Digital Mundial; Repositório online ProEdu; Biblioteca Digital e Sonora; Public Library of Science; The National Academies Press; Project Gutenberg; Google Book. Os estudantes do curso ainda contam com acesso ao Portal de Periódicos da Capes.

Todas essas plataformas digitais estarão disponibilizadas para os alunos no AVA por meio de links de acesso, conforme demanda das disciplinas.

E, finalmente, o Ifes possui um Repositório Institucional (RI) do Ifes, disponível no endereço <https://repositorio.ifes.edu.br/>, que é um sistema pensado para armazenar, gerenciar, preservar e disseminar a produção técnico-científica dos servidores e estudantes da instituição, de forma livre e gratuita. Os arquivos do RI estão categorizados em: Edifes; Eventos Ifes; Produção Científica; Teses e Dissertações; e Trabalhos Acadêmicos e Técnicos. Os estudantes podem fazer download, imprimir, compartilhar ou utilizar os materiais para fins educacionais e não comerciais, fazendo-se a devida citação dos direitos autorais conforme o termo de uso de cada documento.

10.3 Infraestrutura Física

Na oferta do Curso de Pós-Graduação Especialização em Educação a Distância na Educação Profissional e Tecnológica, cada instituição definirá, em conformidade com as etapas do cronograma estabelecido pelo Edital Capes nº 25/2023 e com o número de vagas disponibilizadas pela Capes/UAB e pela Setec/MEC, os polos de apoio presencial e a relação de vagas disponibilizadas por polo, sejam eles efetivos ou associados.

Os polos de apoio presencial no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB) são estruturas acadêmicas de apoio pedagógico, tecnológico e administrativo, destinados à realização de atividades de ensino e aprendizagem referentes aos cursos e programas de Educação a Distância (EaD), de responsabilidade das Instituições de Ensino Superior (IES). Esses polos UAB são localizados, preferencialmente, em municípios de porte médio, que apresentam um total de habitantes entre 20 e 50 mil, e que não possuam instalações acadêmicas públicas de nível superior.

A definição dos polos de apoio presencial UAB para a oferta do curso dar-se-á no Sicapes, durante o processo de cadastro das propostas do curso, em conformidade com os termos pré-estabelecidos com a Setec/MEC, considerando a média de 40 estudantes por polo e com o compromisso de interiorizar a oferta

do curso e constituir equipes locais de acordo com a Instrução Normativa nº 2/2017 da Capes/UAB.

Considerando a oferta deste curso para duzentos (200) estudantes, o Cefor/Ifes contará com cinco (05) polos UAB contendo a infraestrutura tecnológica necessária em termos de computadores, conexão à internet em banda larga e outras ferramentas, como datashow e equipamentos para videoconferências. O apoio nos polos UAB ocorrerá pela disponibilização do espaço e da infraestrutura para uso dos/das participantes.

Além dos polos de apoio presenciais UAB, a oferta do curso contará com outras instalações e equipamentos, disponíveis no Cefor.

O Cefor, em sua infraestrutura física, prevê a acessibilidade arquitetônica através de livre circulação dos estudantes nos espaços de uso coletivo, com eliminação de barreiras arquitetônicas. Buscou-se desenvolver adequações físicas em seu prédio, tais como: implantação de um elevador para acesso aos quatro andares da instituição; adequação de corrimão nas escadas do prédio e áreas de acesso; designação de vagas de estacionamento para pessoas com pouca ou nenhuma mobilidade física; disponibilização de um banheiro adaptado com acesso por rampa no piso inferior; sinalização de suas diferentes dependências por meio de placas com escrita em português e em Braille.

10. 4 Ações Afirmativas para Ingresso e Permanência

As Ações Afirmativas consistem em políticas públicas relacionadas a grupos discriminados e vitimados pela exclusão social ocorridos no passado ou no presente e voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade (RIBEIRO et al., 2016). No caso dos cursos de pós-graduação, diferentemente do que ocorreu em outros níveis de ensino (ensino médio e graduação), não existe uma legislação federal que regulamenta de forma unificada a política de cotas, respeitando-se a autonomia dos programas de pós-graduação das instituições de ensino superior, delegando a elas a criação destas a implantação destas ações

(VENTURINI, 2017), conforme a Portaria Normativa MEC Nº 13, de 11 de maio de 2016 (BRASIL, 2016).

Nos cursos de pós-graduação do Ifes, as ações afirmativas seguem a Portaria Normativa MEC Nº 13, de 11 de maio de 2016 e a Lei 14.723/23, que atualiza a Lei de Cotas no ensino federal, bem como as Resoluções do Conselho Superior do Ifes e suas atualizações.

O Instituto Federal do Espírito Santo regulamentou, em 2017, as ações afirmativas para inclusão de negros, indígenas e pessoas com deficiência nos cursos e programas de Pós-graduação por meio da Resolução CS nº 10/2017. Também foi instituída a Comissão Permanente de Ações Afirmativas na Pós-Graduação do Ifes (CPAA-Pós), que elabora documentos com recomendações relativas à reserva de vagas discentes e o acesso dos candidatos público-alvo dessas ações. A CPAA-Pós tem acompanhado o trabalho da Diretoria de Pós-Graduação na revisão de editais dos processos seletivos e a publicação destes no sítio institucional, com tradução para Libras, as adequações nos projetos pedagógicos e regulamentos de cursos, além de assessorar as coordenações de curso sempre que necessário (CARVALHO; MELO, 2019).

De acordo com a Resolução do Conselho Superior do Ifes Nº 10/2017, do total de vagas disponíveis em cada processo seletivo fica reservado o mínimo de 25% das vagas para candidatos autodeclarados negros (pretos e pardos) e indígenas e 5% das vagas para candidatos com deficiência. As categorias preto, pardo e indígena serão definidas conforme as classificações utilizadas pelo IBGE e a categoria pessoa com deficiência será definida conforme o artigo 2º da Lei nº 13.146/2015 que considera pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, intelectual e/ou sensorial que, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Essas categorias são discriminadas no Decreto Federal nº 3.298/1999 em seus artigos 3º e 4º, este último com a redação dada pelo Decreto Federal nº 5.296/2004. Os candidatos que optarem pela reserva de vagas previstas farão sua opção no ato da inscrição,

indicando apenas uma das modalidades de reserva de vagas. Os candidatos às vagas PPI e PcD serão convocados por comissões específicas do Instituto Federal do Espírito Santo para verificação da afirmação contida nos documentos de autodeclaração étnico-racial ou de pessoa com deficiência, seguindo as orientações da Comissão Permanente de Ações Afirmativa da Pós-Graduação (CPAA-Pós/Ifes). O procedimento de verificação da afirmação contida na autodeclaração étnico-racial, conhecido como procedimento de heteroidentificação seguirá as orientações da Comissão Permanente de Verificação da Veracidade da Autodeclaração (CPVA/Ifes).

10.4.1 Napne – Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas

Os Núcleos de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas – Napnes são núcleos instituídos nos campi do Ifes, formados por servidores de diversas áreas, que trabalham para desenvolver ações que contribuam para a promoção da inclusão escolar de pessoas com necessidades específicas, buscando viabilizar as condições para o acesso, permanência e saída com êxito em seus cursos. Algumas das atribuições dos Napnes são: identificar os alunos com necessidades específicas e orientá-los sobre seus direitos; contribuir para a promoção do atendimento educacional especializado e orientar a respeito dele; promover a sensibilização sobre o tema; colaborar na promoção da acessibilidade; e contribuir para o fomento e a difusão de conhecimento acerca das tecnologias assistivas.

Conforme o Decreto Nº 7.611/11, entende-se como atendimento às pessoas com necessidades específicas, as ações que contribuem para a equidade de condições de acesso, permanência e saída com êxito dos discentes público-alvo da Educação Especial – pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Conforme observa a Resolução do Conselho Superior CS nº 55/2017, em seu Art. 1º, entende-se por “Aluno com Necessidades Específicas” o equivalente previsto em legislação educacional por “aluno público-alvo da Educação Especial”, a saber:

I. Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, os quais, em interação com uma ou mais barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas;

II. Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Atualmente está englobado no transtorno de espectro autista, classificando-se como leve, moderado ou grave;

III. Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles identificados com um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

Os estudantes com necessidades específicas poderão ser identificados no processo seletivo (quando o candidato assinalar esta opção), de forma espontânea quando o próprio estudante apresenta a demanda à instituição, ou quando servidores ligados diretamente aos setores de ensino perceberem alguma particularidade. Em todos os casos, após a identificação, o Napne articulará, com os profissionais do setor pedagógico, docentes e servidores, a realização do acolhimento inicial e avaliará as demandas e procedimentos a serem adotados. O atendimento ao discente com necessidade específica será realizado de forma integrada, considerando as diretrizes previstas nas Resoluções do Conselho Superior do Ifes nº 34/2017 e nº 55/2017 e a Instrução Normativa Proen/Ifes Nº 01/2020. Os estudantes com necessidades específicas em cursos EaD também estão amparados pela Resolução do Conselho Superior do Ifes Nº 47/2014 que instituiu a Política de Acessibilidade e Atendimento Educacional Especializado para alunos de cursos à distância do Ifes.

O Napne do Cefor (napne.cefor@ifes.edu.br) é composto por uma equipe multidisciplinar composta por servidores docentes, técnicos em assuntos educacionais e tradutores e intérpretes de Libras. Para fins de acessibilidade

arquitetônica e estrutural, o Cefor está situado em um terreno plano e possui rampa de acesso ao piso superior, bem como elevador para acesso aos andares superiores. No auditório a acessibilidade se dá por meio de portas largas e espaço para cadeiras de roda. O prédio conta com rampa de acesso a banheiro adaptado.

No curso de Pós-Graduação Especialização em Gestão da EaD, havendo demanda de estudantes público-alvo da educação especial, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e as Resoluções Ifes nº 34 e 55/2017, serão contratados tradutores e intérpretes de Libras e um professor de Atendimento Educacional Especializado. Importante destacar que por ser um curso a distância, por meio de plataforma digital e materiais pedagógicos digitais, serão produzidos e disponibilizados materiais em formatos acessíveis, como audiodescrição de imagens, vídeos, tradução do material para Libras e outros, em conformidade com a Instrução Normativa Proen/Ifes Nº 01/2020. Para o Atendimento Educacional Especializado, caso haja necessidade, será desenvolvida uma Sala Virtual de Atendimento Extraclasse para acompanhamento dos estudantes com demandas específicas.

Além do que é previsto na Política de Acessibilidade e Atendimento Educacional Especializado para alunos de cursos a distância do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES, 2014), nas Resoluções do Conselho Superior nº 34 e 55/2017 e nos demais documentos institucionais, o acompanhamento dos alunos com necessidades específicas no curso de Pós-Graduação Especialização em Gestão da EaD envolverá as seguintes ações:

- identificar o aluno com necessidades específicas no processo seletivo, durante a matrícula ou por identificação do professor;
- garantir todos os recursos de acessibilidade ao aluno com necessidade específica no processo seletivo: materiais, apoio e infraestrutura;
- informar aos alunos sobre os apoios institucionais existentes, como o Napne;

- propor e instruir procedimentos educacionais diferenciados à coordenação do Curso de acordo com as necessidades específicas identificadas;
- discutir, incentivar e apoiar o aluno sobre estratégias de enfrentamento das dificuldades relatadas, seja por meio de orientação ao aluno, professores ou com o auxílio sistematizado de um profissional da área de Educação Especial;
- orientar e acompanhar os docentes que atuam diretamente com o aluno esclarecendo e propondo alternativas para o processo ensino-aprendizagem, conforme Portaria nº 34 e 55 (2017);
- orientar professores e demais profissionais de apoio do curso sobre a adoção de procedimentos avaliativos flexíveis e com adequações tanto na elaboração, produção e correção das atividades. As correções deverão respeitar o ritmo de aprendizagem do aluno público-alvo da Educação Especial. Os tutores receberão material com esclarecimentos quanto à forma de tratamento, vocabulário e outras informações relacionadas ao estudante que estiver matriculado.
- promover a escuta pedagógica, além de encontros e diálogos com os estudantes sobre Ações Afirmativas;
- garantir o atendimento educacional especializado para alunos com deficiência;
- abordar conteúdos relacionados à inclusão e à acessibilidade digital na EaD nas disciplinas do curso.

10.4.2 Neabi – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas

Os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – Neabis são núcleos de caráter especializado, instituídos nos campi do Ifes, tendo como principal objetivo propor diretrizes e políticas na área da Educação para as Relações

Étnico-Raciais no Ifes. Os Neabis são constituídos de forma interdisciplinar e agregam profissionais que trabalham nesta temática e têm a missão de garantir o cumprimento da Política de Educação para as Relações Étnico-Raciais desenvolvida pelo Ifes, por meio da Resolução CS Nº 202/2016, a qual estabelece o levantamento, o resgate e a promoção de ações e atividades em cumprimento ao disposto em lei, pelos campi, a partir da sua sistematização no âmbito institucional.

O Ifes, por meio da Resolução CS 27/2020, define o regimento do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas (Neabi). Nesta resolução, o “Neabi tem por finalidade desenvolver ações de Ensino, Pesquisa e Extensão orientadas às temáticas das identidades, das relações étnico-raciais e do racismo no contexto de nossa sociedade multiétnica e pluricultural”. A partir da interlocução com esse Núcleo serão desenvolvidas ações para promover a permanência e saída com êxito desses alunos.

O Neabi do Cefor (neabi.cefor@ifes.edu.br) é composto por servidores docentes e técnicos-administrativos, no intuito de garantir a participação democrática e a representatividade, fundamental para a efetiva implementação das Leis Nº 10.639/2003, Nº 11.645/2008 e Nº 12.711/2012, buscando o fortalecimento da Política de Educação das Relações Étnico-Raciais do Ifes e da Política de Ações Afirmativas no âmbito da educação brasileira.

10.4.3 Nepgens – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidades

Os Núcleos de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidades – Nepgens têm seu funcionamento regulamentado pela Resolução Consup/Ifes Nº 35 de 16 de julho de 2021. O Nepgens do Cefor (nepgens.cefor@ifes.edu.br) tem a finalidade de promover ações com vistas a uma educação inclusiva e não sexista, que busque a equidade e a igualdade entre todos, o respeito a todas as manifestações de gênero, o reconhecimento e o respeito às diversas orientações sexuais, bem como o combate à violência de gênero, à homofobia e a toda discriminação contra a comunidade LGBTQIA+. Busca-se, assim, gerar condições para a permanência, participação, aprendizagem e conclusão com

aproveitamento e plena dignidade, em todos os níveis e modalidades de ensino, para pessoas de todas as manifestações de gênero e expressões de sexualidades; contribuindo, dessa maneira, para a inclusão e a formação de cidadãs(os) éticas(os) e solidárias(os) que praticam a cooperação e repúdio às injustiças.

10.5 Fontes de Recursos Orçamentários e Outras Receitas

O Curso terá aporte financeiro conforme aprovação no edital de seleção da Universidade Aberta do Brasil – Edital Capes nº 25/2023.

Quadro 1 – Plano de Aplicação Financeira de Cursos em Convênio

Equipe do Curso				
Função	Qtde	Qtde Parc	Valor da Bolsa	Valor Total
Coordenador de Curso	01	18	2.000,00	36.000,00
Professor Formador	11	1 bolsa a cada 15h	1.850,00	44.400,00
Tutor	8	18	1.100,00	158.400,00
Professor Orientador (1 bolsa para cada 5 alunos)	40	40	1.850,00	74.000,00
Valor Total				312.800,00

11 AVALIAÇÃO DO CURSO

O acompanhamento do desenvolvimento do curso deve ser contínuo e permanente, pois se trata de uma importante prática de gestão, necessária ao incentivo da participação de todos os envolvidos e ao aperfeiçoamento das suas atividades ao indicar as diferenças entre os resultados encontrados e os esperados.

Ela poderá oferecer dados para analisar a consistência do currículo com os objetivos declarados do curso, o perfil dos discentes, a fundamentação

teórico-metodológica, a adequação, atualização e relevância das unidades temáticas e da bibliografia indicada.

A avaliação do curso será realizada conforme proposta de autoavaliação da instituição ofertante e terá como base o relatório a ser produzido pela Coordenação do Curso, apreciado pelo seu Colegiado.

12 CORPO DOCENTE E TÉCNICO DO CURSO

A equipe encarregada da implementação do curso deverá ser formada por profissionais cujas funções e seleção deverão obedecer às diretrizes estabelecidas pela Capes, contidas na Portaria nº 183, de 21 de outubro de 2016, na Instrução Normativa nº 2, de 19 de abril de 2017, e na Portaria nº 102, de 10 de maio de 2019, e demais normativas vigentes. Além dessas, as funções e seleção dos profissionais deverão seguir os editais do Ifes, a saber:

[Edital 103/2024 – Seleção de Coordenador de Curso;](#)

[Edital 108/2024 – Seleção de Professor;](#)

[Edital 161/2024 – Seleção de Professor;](#)

[Edital 117/2024 – Seleção de Tutores.](#)

12.1 Coordenação de Curso

As atividades da Coordenadoria de Curso envolvem funções pedagógicas, administrativas e políticas. É essa a responsável por supervisionar as atividades específicas para o funcionamento do curso, além de viabilizar outras questões relacionadas à sua oferta, como a articulação com órgãos reguladores, a proposição de iniciativas que promovam a qualidade educacional e a produção do Trabalho Final de Curso, aqui denominado Relatório de Formação.

12.2 Corpo Docente do Curso

O corpo docente deste curso na modalidade EaD conta com professores formadores e professores orientadores que atuam junto aos tutores, apoiados por uma equipe multidisciplinar e de suporte tecnológico e logístico.

- O professor formador é o responsável pelo desenvolvimento da unidade temática junto com os tutores. No momento anterior ao desenvolvimento da unidade temática, é responsável pela composição/estruturação da sala de aula no ambiente virtual de aprendizagem e, no fluxo da unidade temática, deve manter reuniões constantes de orientação pedagógica com os tutores para discussão de estratégias de ensino. Deve elaborar instrumentos de avaliação (se previstos para a unidade temática) e, se necessário, propor materiais didáticos complementares, a fim de propiciar a consecução dos objetivos propostos na ementa da unidade temática e no PPC do curso.
- O professor orientador de TFC é responsável pela consolidação e pelo acompanhamento da produção do Relatório de Formação de curso no início do Módulo III até ao seu exame e aprovação.

Para os cursos lato sensu, conforme Art. 9º da Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018, o corpo docente do curso de especialização será constituído por, no mínimo, 30% (trinta por cento) de portadores de título de pós-graduação stricto sensu, cujos títulos tenham sido obtidos em programas de pós-graduação stricto sensu devidamente reconhecidos pelo poder público, ou revalidados, nos termos da legislação pertinente (Brasil, 2018, n.p. grifo nosso).

No Cefor/Ifes, o corpo docente será composto por:

Quadro 2 – Corpo docente do Curso de Pós-Graduação Especialização em Educação a Distância na Educação Profissional e Tecnológica, na modalidade de educação a distância.

Nome		Titulação Máxima	
Mariana Biancucci A. Barbosa		Mestrado	
UA ou Instituição de Origem	Cefor	Cargo	Professor EBTT

Regime de Trabalho	DE	Carga Horária dedicação ao curso	4 horas
Situação	Ativo	Link do Currículo Lattes http://lattes.cnpq.br/8037186010478173	
Resumo do Currículo Lattes: Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Espírito Santo (2006) e Mestrado em Gestão Pública (2016) pela mesma Instituição. Tem MBA em Liderança, Transformação Pedagógica e Gestão Educacional (2024 e 2025). Atualmente, é Professora de Educação Básica, Técnica e Tecnológica do Ifes e está lotada no Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (Cefor).			

Nome	Carlos Roberto Pires Campos		Titulação Máxima	Pós-Doutorado
UA ou Instituição de Origem	Campus Vila Velha	Cargo	Professor EBTT	
Regime de Trabalho	DE	Carga Horária dedicação ao curso	4 horas	
Situação	Ativo	Link do Currículo Lattes http://lattes.cnpq.br/3541902868372066		
Resumo do Currículo Lattes: Licenciado em Ciências Sociais e Letras pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Belo Horizonte (1988 e 1990), Especialista em Geologia do Quaternário pelo Museu Nacional da UFRJ, mestrado em Letras pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1995), Mestrado em Arqueologia pelo Museu Nacional da UFRJ, (2012), doutorado em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2003) e Pós-Doutorado em Educação, Ciência e Tecnologia pelo CEFET-RJ (2015). Atualmente é professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática, nos níveis mestrado e doutorado, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, Campus Vila Velha. Líder do Grupo de Pesquisa DIVIPOP, que trata das relações entre a Divulgação Científica em espaços de educação não formal da perspectiva CTSA. Tem experiência no estudo dos espaços não formais, Evolução Humana, Arqueologia Histórica e Pré-Colonial, Geologia dos Ambientes Costeiros e nas disciplinas pedagógicas, desenvolvendo atualmente o projeto de pesquisa intitulado "Aulas de Campo como metodologia pedagógica no Ensino de Ciências". Desenvolveu investigação arqueológica no sítio pré-colonial Rio Preto I, Presidente Kennedy, ES, na bacia sedimentar do Itabapoana, buscando articular arqueologia, malacologia, paleontologia e ensino de ciências. Atualmente coordena projeto de pesquisa e extensão relacionado à organização didática de minerais e rochas do Laboratório de Mineralogia do Campus Vila Velha do IFES para ensino de geociências, materializado em formação continuada de professores. Está em avaliação modelos de kit pedagógico para ensino de rochas e minerais, o qual está sendo avaliado por professores da educação básica.				

Nome	Indiana Reis da Silva Becevelli		Titulação Máxima	Mestrado
UA ou Instituição de Origem	Campus Colatina	Cargo	Pedagogo	
Regime de Trabalho	30h	Carga Horária dedicação ao curso	4 horas	

Situação	Ativo	Link do Currículo Lattes http://lattes.cnpq.br/2668789297195010
Resumo do Currículo Lattes: Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES/CAPEs), pelo Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE) na linha Educação Especial e Processos Inclusivos. Mestra em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES/CAPEs), pelo Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE) na linha Diversidade e Práticas Educacionais Inclusivas. Especialista em Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos pelo Instituto Federal do Espírito Santo. Especialista em Magistério das Séries Iniciais pelas Faculdades Integradas de Jacarepaguá. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa, Inclusão Escolar e Processos de Ensino e Aprendizagem – UFES (GEPIPEA). Pedagoga no Instituto Federal do Espírito Santo, campus Colatina. Tem experiência na área de Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação profissional e tecnológica, educação a distância, educação especial e inclusão, educação de jovens e adultos, dificuldades de aprendizagem, didática, metodologias, práticas de ensino e educação social.		

Nome	Paulo Ferrare Ramos		Titulação Máxima	Mestrado
UA ou Instituição de Origem	Campus Cachoeiro	Cargo	Assistente em Administração	
Regime de Trabalho	40h	Carga Horária dedicação ao curso	8 horas	
Situação	Ativo	Link do Currículo Lattes http://lattes.cnpq.br/9114378402362558		
Resumo do Currículo Lattes: Mestre em Administração pela Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCEPE). Especialista em Gerenciamento de Projetos pelas Faculdades Integradas de Jacarepaguá; Especialista em Docência no Ensino Superior pela Faculdade São Gabriel da Palha; Especialista em Práticas Pedagógicas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES). Graduado em Sistemas de Informação pela Faculdade do Espírito Santo/ Multivix Atua como servidor efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES) desde 2009. Possui experiência em: suporte de sistemas Enterprise Resource Planning (ERP), secretário do curso de Licenciatura em Informática; Professor Formador do Curso de Licenciatura em Informática; Professor Mediador do curso de Pós Graduação Lato Sensu em Docência para Educação Profissional e Tecnológica; Professor Mediador do curso de Pós Graduação em Ciências Policiais; Coordenação de Atividades Acadêmicas Complementares no curso de Licenciatura em Informática; Orientador de Trabalho Final de Curso; Integrante do Comitê Gestor do Núcleo de Incubação de Empreendimentos do IFES Campus Cachoeiro de Itapemirim. Integra o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) do IFES Campus Cachoeiro de Itapemirim desde 2024.				

Nome	Everaldo Simões Souza		Titulação Máxima	Mestrado
UA ou Instituição de Origem	SEDU-ES	Cargo	Supervisor Escolar	
Regime de Trabalho	Estatutário	Carga Horária dedicação ao curso	4 horas	

Situação	Ativo	Link do Currículo Lattes http://lattes.cnpq.br/5313544455502642
Resumo do Currículo Lattes: Capixaba da Ilha de Vitória – ES, possui Mestrado em Educação na linha de pesquisa HISTÓRIA, SOCIEDADE, CULTURA e FILOSOFIA; Graduação em Licenciatura Plena em História e Bacharelado em Arquivologia. Especialização Lato Sensu em História do Brasil, todos os títulos obtidos pela UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (nos anos de 2006, 1997, 2004 e 2000, respectivamente). Professor Estatutário do Ensino Médio na Rede Estadual de Ensino no Espírito Santo – ES, atuando como Supervisor Escolar na Superintendência de Educação – Carapina – SEDU / ES. Agrega experiência na área de ensino de História, Filosofia, Ciências Sociais e Metodologia de Pesquisa. Atua principalmente nos seguintes temas: memória, ensino de história, arquivo, fotografia, formação de professores, educação a distância, educação especial, juventude, exclusão social, inclusão digital, ensino médio integrado ao ensino técnico profissional e educação em direitos humanos.		

Nome	Roberta Assunção		Titulação Máxima	Mestrado
UA ou Instituição de Origem	-		Cargo	-
Regime de Trabalho	-		Carga Horária dedicação ao curso	8 horas
Situação	-		Link do Currículo Lattes http://lattes.cnpq.br/3158666846752069	
Resumo do Currículo Lattes: Possui Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar pela Universidade de Brasília, além de especializações em Educação a Distância pela Universidade de Brasília e Gestão de Pessoas por Competência pelo Instituto Euro-Americano de Educação, Ciência e Tecnologia. Graduação em Licenciatura em Pedagogia e em Administração. Na área de Educação a Distância possui sólida experiência em docência, gestão de cursos, formação docente para uso de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), avaliação de cursos e materiais didáticos online, coordenação de equipe e implementação de cursos online. Na área de Psicologia da Aprendizagem e Desenvolvimento, destaca-se como coordenadora do Grupo de Pesquisa "Violência escolar no ensino médio e Violência simbólica no ensino superior", demonstrando seu comprometimento com a compreensão e a mitigação dos desafios enfrentados pelos estudantes em diferentes níveis de ensino. Desenvolveu atividades em instituições renomadas, como a Universidade de Brasília, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial Senac e Revista Brazilian Journal of Policy and Development.				

Nome	Margareth Pandolfi		Titulação Máxima	Doutorado
UA ou Instituição de Origem	PMVV		Cargo	Cirurgiã Dentista
Regime de Trabalho	20h		Carga Horária dedicação ao curso	8 horas
Situação	Ativa		Link do Currículo Lattes http://lattes.cnpq.br/6133806025978916	
Resumo do Currículo Lattes: Possui doutorado em Saúde Coletiva pela Universidade de Pernambuco (UPE) e mestrado em Odontopediatria pela São Leopoldo Mandic (Campinas-SP). É especialista em diversas áreas, incluindo Cidades Inteligentes pela				

UFES/UNAC, Gestão em Saúde UFES, Informática na Saúde (UFRN) e Educação para Preceptores em Saúde pelo Hospital Sírio Libanês (SP). Também se especializou em Odontologia para Pacientes Especiais (OPNE), Odontologia Legal pela FUNORTE, Odontologia do Trabalho e Saúde Coletiva pela ABO-ES e Odontopediatria pela USP-Bauru. É Odontopediatra na Prefeitura de Vila Velha (PMVV) e já atuou com especialista em OPNE no Centro de Especialidades de Vitória (CEO-PMV), sendo Referência Técnica na Rede de Saúde Bucal entre 2019 e 2022, e de Doenças Raras na Secretaria de Estado da Saúde (SESA-ES) desde 2022. É pesquisadora e tutora no Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação (ICEPi), coordena os cursos de especialização e atualização em Odontopediatria e OPNE (FAIPE, Vila Velha). Além disso, coordenou o Curso de Aperfeiçoamento/EAD em Odontologia para Pessoas com Deficiência (PCD) pela UNASUS/UFPE e os cursos de especialização em Odontopediatria e OPNE pela ABO-ES e pela FUNORTE em Lavras (MG). Foi professora convidada em cursos de especialização no Espírito Santo, do Mestrado em Ortodontia pela UNIARAS e em Implantodontia pela São Leopoldo Mandic (ES), tutora da especialização em Epidemiologia pela EAD/UFES e da Residência Multiprofissional em Saúde da Família pelo ICEPi SESA-ES, e atuou como docente de graduação na ESFA e na UVV de 2009 a 2015. Tem experiência em Pesquisa Clínica, Metodologia Científica, Ensino e Pesquisa, Ética e Bioética, Antropologia, Sociologia, Psicologia da Saúde, Saúde Ocupacional, Deontologia, Medicina Legal, Saúde da Família, Gestão, Gerenciamento, Planejamento, Avaliação, Auditoria, Saúde do Trabalhador, e em Odontologia com ênfase em Odontopediatria, OPNE e Saúde Coletiva.

Nome	Isamara Oliveira Lima		Titulação Máxima	Mestrado
UA ou Instituição de Origem		SEDU-ES	Cargo	Professora
Regime de Trabalho		Designação Temporária	Carga Horária dedicação ao curso	8 horas
Situação		Ativa	Link do Currículo Lattes http://lattes.cnpq.br/5800093081860950	
Resumo do Currículo Lattes: Possui Graduação em Pedagogia pela Universidade de Uberaba (2025), Graduação em Ciências Biológicas pela Universidade de Uberaba (2016), Especialização em Ensino de Ciências – Anos Finais do Ensino Fundamental pela Universidade Federal do Espírito Santo (2021), Especialização em Educação do Campo pela SBI (2016) e Mestrado em Ensino na Educação Básica pela Universidade Federal do Espírito Santo (2024). Atualmente, é professora da Secretaria de Estado da Educação.				

12.3 Corpo Técnico do Curso

Os tutores, as equipes multidisciplinares e de apoio tecnológico e de logística são também parte fundamental deste curso na modalidade a distância. O tutor deve ter, no mínimo, nível superior, na área de oferta do curso, uma vez que é o responsável pela mediação pedagógica junto aos estudantes, para dirimir dúvidas conceituais e auxiliar o professor formador na correção de atividades avaliativas.

A equipe multidisciplinar, composta por diferentes profissionais, presta assistência pedagógica e técnica aos professores formadores e aos tutores no desenvolvimento do curso. Ademais, apoiam os discentes nos aspectos pedagógicos e no suporte ao uso de tecnologias e de recursos educacionais para a educação a distância.

Quadro 3 – Equipe multidisciplinar do Curso de Pós-Graduação Especialização em Educação a Distância na Educação Profissional e Tecnológica, na modalidade de educação a distância.

Função	Atribuições
Secretário(a) de Curso	• Assessoramento e apoio à coordenação do curso nas tarefas administrativas e acadêmicas. • Organização das rotinas operacionais e da documentação do curso. • Atendimento à equipe do curso, coordenadores, professores, tutores e alunos. • Solicitação de emissão de documentos acadêmicos. • Participação em reuniões e redigir atas. • Execução de tarefas compatíveis com as exigências do exercício da função.
Designer Educacional	• Organização, distribuição e acompanhamento das demandas. • Apoio ao professor formador na elaboração de mapa de atividades, aplicando metodologias e estratégias de ensino para elaboração de conteúdos e atividades para os alunos. • Suporte ao professor formador na produção dos objetos de aprendizagem. • Revisão das salas do ambiente virtual de aprendizagem, considerando aspectos tecnológicos e acessíveis. • Validação das salas das disciplinas no AVA com os professores formadores, bem como a verificação final da funcionalidade dos recursos e atividades antes da inserção dos alunos no ambiente virtual. • Participação em reuniões. • Execução de tarefas compatíveis com as exigências do exercício da função.

Pedagogo(a)	• Acompanhar o desenvolvimento acadêmico dos estudantes. • Oferecer suporte pedagógico para facilitar a aprendizagem autônoma. • Estimular a participação ativa dos alunos nos ambientes virtuais de aprendizagem (AVA). • Identificar dificuldades de aprendizagem e propor intervenções. • Propor estratégias para aumentar a motivação e engajamento dos estudantes. • Acompanhar os registros de acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). • Verificar a realização das atividades obrigatórias e prazos de entrega. • Identificar alunos com baixa frequência e participação nas interações (fóruns, chats, momentos síncronos). • Gerar relatórios sobre o engajamento dos alunos no AVA. • Entrar em contato com estudantes com baixa participação para compreender os desafios enfrentados. • Propor estratégias de reengajamento, como tutorias individuais ou incentivo ao uso dos recursos do curso. • Trabalhar em parceria com a equipe de tutores e professores para apoiar alunos com dificuldades. • Enviar comunicados periódicos reforçando a importância da frequência e da participação.
-------------	--

12.4 Formação de Formadores e Equipes Locais

Todos os profissionais descritos acima serão selecionados por edital, com critérios que atendam ao nível de exigência legal para a oferta de uma pós-graduação especialização e receberão formação específica para atuar nesse curso. Tal preparação deverá contemplar, de forma indispensável e primordial, o conjunto dos elementos integrantes da concepção pedagógica do curso, seus princípios e orientações relativas aos procedimentos didáticos. Por se tratar de um curso desenvolvido na modalidade a distância, a essa formação de base

deverão ser associados os conceitos e as orientações relativos às práticas educativas inerentes aos dispositivos a serem utilizados, especialmente os que se referem à mediação pedagógica, à produção de materiais para a EaD, à gestão de plataforma virtual e aos sistemas de acompanhamento dos discentes.

12.5 Colegiado de Curso

Cada Curso de Pós-Graduação Especialização em Educação a Distância na Educação Profissional e Tecnológica deverá contar com um Colegiado próprio, composto conforme normativa da instituição ofertante, com as funções de ajustar o projeto pedagógico do curso à realidade local e de planejar, acompanhar e avaliar a sua implementação, colaborando para a integração dos diferentes sujeitos envolvidos, sempre observando as normas internas e a legislação em vigor.

As atribuições do colegiado estão descritas no Regulamento do Curso e, no Ifes/Cefor, o Colegiado será composto por:

- I – coordenador do Curso;
- II – um apoio pedagógico ou representante da área pedagógica responsável pelo Curso;
- III – conjunto docente composto pelos professores formadores; e
- IV – dois representantes do corpo discente, sendo um titular e um suplente.

13 ESTÁGIO

Não haverá estágio no curso.

REFERÊNCIAS

BATTESTIN, Vanessa; *et al.* **Diretrizes para educação a distância da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**: módulo ações 2021 e 2022. Vitória, ES:Edifes, 2023. Disponível em <https://repositorio.ifes.edu.br/bitstream/handle/123456789/3719/Diretrizes%20para%20educacao%20a%20distancia%20da%20rede%20federal%20de%20educacao%20profissional%20e%20tecnologica%20-%20m%C3%B3dulo%20a%C3%A7%C3%B5es%202021%20e%202022.pdf>

[20para%20educa%c3%a7%c3%a3o%20a%20dist%c3%a2ncia%20da%20Rede%20Federal%20EPT%20m%c3%b3dulo%20a%c3%a7%c3%b5es%202021%20e%202022.pdf?sequence=5&isAllowed=y](#). Acesso em 24 jan. 2024.

BRASIL. **Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e legislação correlata. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

BRASIL. **Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, 2010.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 21 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 21 out. 2022.

CAPAZ, Josieli Parteli. **Plano de Estudo: mediação da pedagogia da alternância para o ensino e aprendizagem de bioquímica em uma escola urbana**. Ponta Grossa – PR: Atena, 2022. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/ebook/plano-de-estudo-mediacao-da-pedagogia-da-alternancia-para-o-ensino-e-aprendizagem-de-bioquimica-em-uma-escola-urbana>. Acesso em 09 jan. 2024.

GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a Pedagogia Histórico-Crítica**. Campinas/SP: Autores, 5 ed., Associados, 2012. IBGE. Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. Censo Demográfico. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-2020-censo4.html?=&t=resultados>. Acesso em: 21 mai. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Política de acessibilidade e atendimento educacional especializado para alunos de cursos a distância do Instituto Federal do Espírito Santo**. 2014. Disponível em: <https://cefor.ifes.edu.br/images/stories/Doc_Referentes-Ifes/Res_CS_47_2014_-_Anexo_Poltica_de_Acessibilidade_e_Atendimento_Educacional_Es

[pecializado EAD.pdf](#)> Acesso em Jan. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Resolução do Conselho Superior nº 44, de 05 de agosto de 2016.** Regulamenta a concessão de bolsas de pesquisa, desenvolvimento, inovação e intercâmbio, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – Ifes. Vitória, ES, 2016a. Disponível em: <https://www.ifes.edu.br/images/stories/files/Institucional/conselho_superior/2016/Resolu%C3%A7%C3%B5es_2016/Res_CS_44_2016_-_Regulamento_de_concess%C3%A3o_de_bolsas_de_pesquisa_desenvolvimento_inova%C3%A7%C3%A3o_e_interc%C3%A2mbio.pdf> Acesso em Jan. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Resolução do Conselho Superior nº 202, de 09 de dezembro de 2016.** Dispõe sobre a Instituição da Política de Educação para as Relações Étnico-Raciais do Instituto Federal do Espírito Santo. Vitória, ES, 2016b. Disponível em: <https://www.ifes.edu.br/images/stories/files/Institucional/conselho_superior/2016/Resolu%C3%A7%C3%B5es_2016/Res_CS_202_2016_-_Autorizar_a_Pol%C3%ADtica_de_Educa%C3%A7%C3%A3o_para_as_Rela%C3%A7%C3%B5es_%C3%A9tnico-raciais_do_ifes.pdf> Acesso em Jan. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Resolução do Conselho Superior nº 10, de 27 de março de 2017.** Regulamenta a adoção de ações afirmativas nos cursos e Programas de Pós-Graduação do Ifes, com foco na inclusão de negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência. Vitória, ES, 2017a. Disponível em: <https://www.ifes.edu.br/images/stories/-publicacoes/conselhos-comissoes/conselho-superior/2017/Res_CS_10_2017_-_Regulamenta_a_ado%C3%A7%C3%A3o_de_a%C3%A7%C3%B5es_afirmativas_nos_cursos_e_Programas_de_P%C3%B3s-gradua%C3%A7%C3%A3o_do_ifes.pdf> Acesso em Jan. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Resolução do Conselho Superior nº34, de 09 de outubro de 2017.** Homologar a presente Resolução que institui Diretrizes Operacionais para Atendimento a Alunos com Necessidades Específicas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. Vitória, ES, 2017b. Disponível em: >https://www.ifes.edu.br/images/stories/-publicacoes/conselhos-comissoes/conselho-superior/2017/Res_CS_34_2017_-_Institui_diretrizes_operacionais_para_atendimento_alunos_necessidades_especiais.pdf> Acesso em Jan. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Resolução do Conselho Superior nº 55, de 19 de dezembro de 2017.** Institui os procedimentos de identificação, acompanhamento e certificação de alunos com Necessidades Específicas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – Ifes.

Vitória, ES, 2017c. Disponível em:
<https://www.ifes.edu.br/images/stories/-publicacoes/conselhos-comissoes/conselho-superior/2017/Res_CS_55_2017_-_Institui_procedimentos_de_identificacao%20acompanhamento_e_certificacao%20de_alunos_com_Necessidades_Especificas_-_Alterada_Res_19_2018.pdf> Acesso em Jan. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Orientação Normativa da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Espírito Santo Nº 01, de 9 de agosto de 2019.** Dispõe sobre as normas complementares para a reserva de vagas a pretos(as), pardos(as) e indígenas e a pessoas com deficiência nos processos seletivos dos programas e cursos de pós-graduação do Ifes e a adoção de mecanismos para inibir fraudes. Vitória, ES, 2019a. Disponível em:
<https://prppg.ifes.edu.br/images/stories/Arquivos_PRPPG/CPAA-POS/2019_01_orientacao_normativa_para_procedimento_heteroidentificacao_cppg.pdf> Acesso em Jan. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - 2024/2 - 2029/1. Vitória, ES, 2024. Disponível em:
<<https://prodi.ifes.edu.br/images/stories/PDI-IFES/PDI-2024-2-2029-1-CONSUP-254-2024.pdf>> . Acesso em Set. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (IFES). Regimento Geral do Ifes. Vitória, ES, 2019. Disponível em:
<<https://www.ifes.edu.br/documentos-institucionais/6791-regimento-geral-do-ifes>> . Acesso em Jan. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Resolução do Conselho Superior nº 27, de 28 de julho de 2020.** Aprova regulamento interno dos Núcleos de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas (Neabi). Vitória, ES, 2020. Disponível em:
<https://www.ifes.edu.br/images/stories/Resolucao%20CS_27_2020_-_Regimento_do_Neabi.pdf> Acesso em Jan. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Resolução do Conselho Superior nº 33, de 04 de agosto de 2020.** Aprova o Regimento dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes). Vitória, ES, 2020. Disponível em:
<https://www.ifes.edu.br/images/stories/Resolucao%20CS_33_2020_-_Regimento_do_Napne.pdf> Acesso em Jan. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Resolução do Conselho Superior nº 35, de 16 de julho de 2021.** Regulamenta o funcionamento do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidades do Ifes (NEPGENS). Vitória, ES, 2021. Disponível em:

<https://ifes.edu.br/images/stories/Resolu%C3%A7%C3%A3o_CS_35_2021_-_Regulamento_do_N%C3%BAcleo_de_Estudos_e_Pesquisas_em_G%C3%AAnero_e_Sexualidades_do_ifes_1.pdf> . Acesso em Jan. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Resolução do Conselho Superior nº 39, de 13 de agosto de 2021**. Estabelece a oferta da disciplina Libras pelo Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância, para os cursos de bacharelado e tecnólogo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. Vitória, ES, 2021. Disponível em: <https://www.ifes.edu.br/images/stories/Resolu%C3%A7%C3%A3o_CS_39_2021_-_Estabelece_a_oferta_da_disciplina_Libras_pelo_Cefor_para_cursos_de_Bacharelado_e_Tecn%C3%B3logo.pdf> . Acesso em Jan. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (IFES). **Regulamento da Organização Didática dos Cursos de Pós-Graduação de Formação Continuada e Stricto Sensu do Ifes**. Vitória, ES, 2023. Disponível em: <https://www.ifes.edu.br/images/stories/Resolu%C3%A7%C3%A3o_CS_171_2023_-_Anexo_-_regulamento_da_Organiza%C3%A7%C3%A3o_Did%C3%A1tica_P%C3%B3s-gradua%C3%A7%C3%A3o.pdf> . Acesso em Jan. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar**, 2021. Brasília: MEC, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2021/apresentacao_coletiva.pdf . Acesso em: 21 de out de 2022.

LIMA, Daniela da Costa Britto Pereira; FONSECA, Maria Aparecida Rodrigues; MACHADO, Elka Cândida de Oliveira. A Produção do Conhecimento sobre Qualidade da EaD na Base de Dados Education Resources Information Center (ERIC). **EaD em Foco**, v. 11, n. 1, e1574, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.18264/eadf.v11i1.1574>. Acesso em: 25 jan. 2024.

PISTRAK. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11a ed. Campinas: Autores Associados; 2012.